



Rede nos Estados
Unidos pela
Democracia no Brasil

Recomendações sobre o Brasil para o President Biden e o novo governo dos EUA

Informe de Políticas Públicas

Janeiro 2021

Sobre a Rede nos Estados Unidos pela Democracia no Brasil

U.S Network for Democracy in Brazil (USNDB)

Em 1º de dezembro de 2018, 200 ativistas e acadêmicos se reuniram em uma conferência de um dia, na Faculdade de Direito de Columbia, para fundar a **Rede nos Estados Unidos pela Democracia no Brasil (USNDB)**, na sigla em inglês). Durante o encontro, os participantes organizaram 14 Grupos de Trabalho que agora trabalham para coletar e disseminar informação para o público estadunidense sobre os efeitos do avanço da extrema direita na política brasileira e a agenda conservadora do novo governo Bolsonaro. Também foi formado um Comitê Diretor Nacional, composto por quarenta organizações pertencentes à rede, e um Comitê Executivo para colaborar diretamente com os dois Coordenadores Nacionais. No total, mais de 1.500 pessoas, em 234 faculdades e universidades de 45 estados dos Estados Unidos, somaram-se à Rede.

A Rede nos Estados Unidos pela Democracia no Brasil é nacional descentralizada, democrática e apartidária, com três objetivos principais: **(1) Informar o público estadunidense sobre a atual situação do Brasil; (2) Defender avanços sociais, econômicos, políticos e culturais no Brasil; e (3) Apoiar movimentos sociais, organizações comunitárias, ONGs, universidades e ativistas etc., que enfrentam diversas ameaças no cenário político atual.**

A Rede fomentou, ainda, a implementação do *Washington Brazil Office (WBO)* visando respaldar os esforços de *advocacy* relacionados ao Brasil no Congresso estadunidense, em colaboração com centros de pesquisa e grupos de *advocacy* em Washington, D.C. O WBO inclui uma diretora executiva, uma assistente de projeto e um comitê consultivo composto por onze membros, representando acadêmicos, sindicatos, pesquisadores, organizações sem fins lucrativos, líderes de movimentos sociais e ONGs. O WBO trabalha com temas relacionados aos direitos humanos e ao meio ambiente no Brasil, buscando analisar políticas públicas e suas consequências e promover um debate democrático em busca de justiça social e ambiental no país.

Este documento fornece uma análise contextual da atual situação do Brasil, focando em dez áreas principais e trazendo uma lista de recomendações de políticas públicas. Tanto a análise de base quanto as recomendações políticas foram elaboradas por especialistas renomados de cada área; seus nomes e afiliações podem ser encontrados ao final do documento, na seção *Colaboradores*.

Contato: James Green: james_green@brown.edu
Gladys Mitchell-Walthour: mitchelg@uwm.edu
Juliana Moraes: juliana.moraes@democracybrazil.org

Mais informações sobre a USNDB e o WBO podem ser encontradas em nosso site: <https://www.democracybrazil.org/>

Índice

Sumário executivo e recomendações de políticas públicas

Desde de sua posse, em 1º de janeiro de 2019, o presidente Jair Bolsonaro vem implementando políticas que causam danos contínuos às pessoas e ao meio-ambiente no Brasil e, conseqüentemente, à região e ao mundo. Este documento apresenta uma visão geral dos assuntos mais pertinentes, incluindo:

1. DEMOCRACIA E ESTADO DE DIREITO (p. 6)
*Bolsonaro vem **continuamente desprezando práticas democráticas** que garantem eleições justas e independentes e a separação e equilíbrio de poderes no governo;*
2. DIREITOS INDÍGENAS, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESMATAMENTO (p. 8)
*Bolsonaro **foi incapaz de implementar proteções ambientais**, levando a um aumento no desmatamento na floresta Amazônica e incêndios na savana central brasileira (Cerrado) e na maior área alagável tropical do mundo (Pantanal), para beneficiar grandes proprietários de terras e corporações em detrimento dos direitos constitucionalmente garantidos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais;*
3. POLÍTICA ECONÔMICA (p. 11)
*Bolsonaro **reduziu gastos públicos e implementou medidas de austeridade que aumentaram a desigualdade**, afetando programas de bem-estar social e segurança alimentar;*
4. CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA E AUXÍLIO MILITAR DOS EUA (p. 12)
*Bolsonaro **sancionou a remoção forçada de 800 famílias afro-brasileiros** de seus territórios constitucionalmente garantidos, nos arredores do Centro de Lançamento de Alcântara, no estado do Maranhão, após a assinatura do Acordo de Proteção de Tecnologia entre o Brasil e os Estados Unidos;*
5. DIREITOS HUMANOS: GRUPOS HISTORICAMENTE MARGINALIZADOS (p. 13)
*Bolsonaro tem **agravado a situação de grupos marginalizados**, afro-brasileiros, povos indígenas, pessoas LGBTQI+, mulheres e movimentos sociais, através de ações que vão da retórica hostil à violência cometida abertamente e apoiada pelo Estado brasileiro;*
6. VIOLÊNCIA ESTATAL E BRUTALIDADE POLICIAL (p. 18)
*Bolsonaro **deu apoio público e tácito à brutalidade policial**, que afeta majoritariamente cidadãos de baixa renda, incluindo a população negra;*
7. SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA (p. 19)
*Bolsonaro tem **trabalhado para dismantelar e cortar o financiamento do sistema de saúde pública brasileiro (SUS)**, fazendo com que seja quase impossível para famílias de baixa renda terem acesso a cuidados e buscar tratamentos;*
8. COVID-19 (p. 21)
*Bolsonaro teve **graves problemas em sua gestão da pandemia de COVID-19**, levando a milhares de mortes desnecessárias, falhando na criação de um plano de vacinação e permitindo que o sentimento antivacina se disseminasse na população;*
9. LIBERDADE RELIGIOSA (p. 23)
*Bolsonaro atacou a **pluralidade e a liberdade religiosa**, promovendo uma agenda conservadora que incentiva a eliminação de programas de educação sexual em escolas e a discriminação aberta contra praticantes de religiões afro-brasileiras. O Brasil é um Estado laico desde 1890;*
10. TRABALHO (p. 24)
*Bolsonaro **dismantelou proteções trabalhistas e enfraqueceu sindicatos** em favor de um crescimento econômico insustentável e desigual, destruindo proteções trabalhistas e contribuindo com um padrão de práticas laborais injustas.*

RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Os Estados Unidos têm obrigação moral e interesse prático em se opor a uma série de ações tomadas pela atual administração brasileira. A nova “relação especial” entre os Estados Unidos e o Brasil, na forma de relações comerciais expandidas e auxílio militar, têm permitido violações de direitos humanos e ambientais e protegido Bolsonaro de consequências internacionais. Neste documento, trazemos diversas recomendações de políticas públicas **a fim de criar uma relação mais equitativa e para ajudar a proteger o povo brasileiro e o meio ambiente de mais danos.**

É imprescindível que os Estados Unidos **priorizem o respeito aos direitos humanos e civis e o Estado de Direito** em suas relações com o Brasil. Membros do Congresso inqueriram o Departamento de Justiça para que este esclarecesse seu papel na controversa e politizada operação anticorrupção Lava Jato; porém, o DOJ não respondeu a esse questionamento.¹

A administração estadunidense deve explorar um amplo conjunto de eixos temáticos com o Brasil, para além dos fundos de conservação, de forma a insistir que o país mude seu curso. **É de crítica importância que os fundos de conservação e o engajamento bilateral não substituam a atenção necessária para abordar o papel do comércio, investimento e da política externa estadunidense na impulsão do desmatamento e na promoção de abusos de direitos humanos.**

Uma prioridade importante deveria ser a **restrição, através de ordem executiva sobre compras e legislação governamentais, de importações de commodities de risco florestal, como madeira, soja e produtos provenientes do gado, a não ser que possa ser determinado que essas importações não estejam ligadas ao desmatamento ou à abusos de direitos humanos.** Os Estados Unidos são um dos maiores mercados para a madeira amazônica, e grande parte da extração madeireira na Amazônia é feita ilegalmente, apesar da *Lacey Act* dos EUA **proibir a importação de madeira ilegal.**

Financiar a conservação ambiental sob o atual governo brasileiro pode parecer “jogar dinheiro no problema”, a não ser que o governo brasileiro inverta o curso de sua agenda destrutiva. Qualquer esquema novo de conservação deve aderir à direitos humanos e proteções ambientais, com critérios específicos para garantir sua eficácia. **A nova administração deve se engajar diretamente com a sociedade civil brasileira para desenvolver uma compreensão abrangente do escopo e do impacto das ações do governo brasileiro na Amazônia e nos povos indígenas.** Qualquer conservação do tipo pagamento-por-desempenho deve estar ligada à disposição de que o governo brasileiro cumpra demandas recentemente publicadas pela sociedade civil do país para restaurar a governança ambiental e respeitar os direitos de povos indígenas e dos afrodescendentes quilombolas,² comunidades ribeirinhas³ e outras comunidades tradicionais.

Ainda que a ênfase na Amazônia brasileira seja justificada, a administração deve considerar que existem outros ecossistemas críticos para o clima que estão sob ameaça, incluído o Cerrado, o Pantanal e a Mata Atlântica. **A política externa estadunidense deve adotar uma abordagem global para maximizar a proteção e a restauração de ecossistemas para além do Brasil, de forma a endereçar a emergência climática.**

¹ O congressista Hank Johnson (D-GA) e doze outros congressistas submeteram um inquérito ao Departamento de Justiça sobre o envolvimento dos EUA com a Operação Lava Jato em agosto de 2019: <https://hankjohnson.house.gov/media-center/press-releases/rep-johnson-colleagues-ask-doj-answers-brazil-corruption-persecution>.

² Terras de descendentes de pessoas escravizadas.

³ Comunidades camponesas formadas ao longo dos rios, principalmente na região amazônica.

Uma abordagem bilateral para as necessidades da Amazônia brasileira deve ser informada pelas amplas demandas de ONGs brasileiras, incluindo povos indígenas, quilombolas,⁴ trabalhadores, pequenos agricultores, proponentes da reforma agrária, e ambientalistas (incluindo Greenpeace e WWF-Brasil).⁵ Estas demandas incluem: (i) uma moratória sobre o desmatamento da Amazônia, com a proibição de qualquer desmatamento na Amazônia por pelo menos cinco anos, excetuando-se a agricultura de subsistência e práticas de populações tradicionais, agricultura familiar, silvicultura florestal, trabalhos de utilidade pública e questões de segurança nacional; (ii) aumento das penalidades por crimes ambientais e desmatamento; (iii) retomada imediata do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm, na sigla em inglês); (iv) demarcação de terras indígenas e quilombolas e a criação, regulamentação e proteção de unidades de conservação; e (v) restauração dos poderes institucionais e da autoridade do IBAMA, ICMBio e FUNAI.⁶

Dado o fracasso do atual governo brasileiro em proteger ecossistemas críticos e as correntes ameaças aos direitos humanos de povos indígenas e outros setores vulneráveis da sociedade brasileira, fornecer financiamento requer a consideração daquilo que especialistas locais (ONGs brasileiras e comunidades) têm a dizer.

Portanto, este conjunto de recomendações inclui um estudo realizado por especialistas que estão atualmente resistindo aos retrocessos que vêm ocorrendo na administração Bolsonaro-Mourão.⁷ Um sumário deste estudo inclui **seis ações que os Estados Unidos devem adotar ao considerar a colaboração para a proteção ambiental e de direitos humanos de povos indígenas: (i) congelar negociações de comércio bilateral com o Brasil; (ii) retirar o atual apoio à ascensão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e questionar a participação do Brasil no G7 e no G20; (iii) suspender o auxílio e cooperação militar, incluindo auxílio não-letal, enquanto procede-se a uma revisão rigorosa nas forças de segurança, no Exército e na polícia do Brasil, relativo aos direitos humanos, somente retomando qualquer assistência militar quando haja garantias da implementação total da Lei Leahy; (iv) denunciar e defender vigorosamente a justiça em casos de assassinato ou ameaça de defensores de direitos humanos e ambientais, especialmente líderes indígenas e quilombolas; (v) avaliar a estratégia de investimento em infraestrutura no Brasil bilateral e multilateralmente (vis-à-vis instituições financeiras internacionais); e (vi) investigar o crime organizado ligado à crimes ambientais no Brasil e melhorar a parceria de comércio bilateral de madeira de uma forma a abordar a extração ilegal da mesma.**

A administração Biden-Harris tem uma oportunidade importante de apoiar direitos humanos e proteções ambientais através da reversão do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), assinado pelas administrações Bolsonaro e Trump, visto que este irá, ilegal e desnecessariamente, expulsar cerca de 800 famílias afro-brasileiras de suas terras constitucionalmente garantidas. O AST também incluiria a expropriação de cerca de 12 mil hectares de terra florestal quilombola, onde residentes descendentes de escravos praticam há muito a agricultura sustentável e a preservação florestal. A administração Biden-Harris **pode ter um posicionamento firme contra qualquer expropriação de terras quilombolas, ao mesmo tempo em que constrói uma colaboração pacífica com a Agência Espacial Brasileira em Alcântara.** De acordo com os objetivos pacíficos do Tratado do Espaço Sideral, do qual Estados Unidos e Brasil são signatários, a administração Biden-Harris deve rejeitar firmemente qualquer envolvimento militar na colaboração espacial com o Brasil. Qualquer colaboração entre os programas

⁴ Descendentes de pessoas escravizadas.

⁵ A lista das organizações signatárias que defendem essas demandas pode ser encontrada neste documento: "Five emergency measures to fight the deforestation crisis in the Amazon". Disponível em: http://www.observatoriodoclima.eco.br/wp-content/uploads/2020/08/Emergency-measures-deforestation-Update6_8V.pdf.

⁶ IBAMA é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis; ICMBio é o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade; FUNAI é a Fundação Nacional do Índio.

⁷ "Five Emergency Measures to Fight the Deforestation Crisis in the Amazon". Disponível em: http://www.observatoriodoclima.eco.br/wp-content/uploads/2020/08/Emergency-measures-deforestation-Update6_8V.pdf.

especiais dos EUA e do Brasil deve eliminar o legado racista e ambientalmente destrutivo de Trump e Bolsonaro.

A administração Biden-Harris deve **pedir enfaticamente ao governo brasileiro que mantenha os mais altos padrões de proteção aos direitos humanos**. A título de exemplo, o governo brasileiro poderia, como já foi feito antes, alocar fundos para a coleta de dados precisos e discriminados, bem como de informação estatística e qualitativa, sobre a situação dos direitos humanos de afrodescendentes e comunidades tradicionais quilombolas, indígenas e LGBTQI+, além de outros grupos vulneráveis.

A administração Biden-Harris **deve tomar uma ação decisiva junto ao Brasil contra a impunidade por violações de direitos humanos cometidas contra povos indígenas e quilombolas no contexto de negócios e atividades ilegais**. Isso deve ser feito através do apoio a investigações exaustivas e independentes, aplicando sanções a autores materiais e intelectuais de violações e providenciando compensação e reparações para as vítimas, individual e coletivamente. Além disso, **o Brasil deve ser instado a fazer consultas diretas com comunidades quilombolas antes de executar projetos em seus territórios**, como estabelecido na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho⁸ e na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, observando as formas apropriadas de organização dos quilombos e seus processos de tomada de decisão, bem como incluindo protocolos de consulta para essas comunidades. Isso deve **fortalecer políticas públicas preventivas que quebram o ciclo da escravidão contemporânea**, promovendo a possibilidade de acesso a meios de subsistência dignos e autônomos e a integração socioeconômica de trabalhadores em seus lugares de origem, assim como o acesso a qualificações profissionais e a realocação no mercado de trabalho de trabalhadores anteriormente deslocados.

A administração Biden-Harris deve abrir todos os **arquivos confidenciais dos Estados Unidos relacionados à ditadura militar brasileira (1964-85)**, a fim de promover a memória, verdade e justiça e todas as ações necessárias para determinar o destino ou o paradeiro das vítimas de desaparecimentos forçados, identificando seus corpos e entregando-os a seus familiares. **A administração Biden-Harris deve incitar o governo Bolsonaro a cessar a repressão e interferência no trabalho de defensores de direitos humanos respeitando, ao mesmo tempo, o direito à liberdade de expressão constitucionalmente garantido a jornalistas**.

É vital que a administração Biden-Harris atraia a contínua atenção internacional aos **assassinatos de líderes do movimento camponês**. **O discurso de ódio da atual administração** tem incentivado uma violência cada vez maior contra esses grupos. Através da implementação total da Lei Leahy, o apoio estadunidense às forças brasileiras de segurança deve ser reconsiderado, particularmente para as unidades envolvidas no assédio e intimidação de ativistas. É importante, ainda, considerar a avaliação da **conexão entre a política de comércio dos EUA e o agronegócio baseado no Brasil, que se beneficia da destruição de ecossistemas frágeis e do despejo de pequenos agricultores**.

Ao demonstrar o compromisso com a tolerância, a ciência e a liberdade religiosa, a administração Biden-Harris **pode reverter as tendências destrutivas lideradas recentemente pela administração Trump e seguidas por Bolsonaro**.

Finalmente, por meio de uma diplomacia trabalhista mais robusta, conduzida pelos Departamentos de Estado e de Trabalho dos EUA, bem como por sindicatos e organizações de empregadores, **a administração Biden-Harris deve incitar o governo Bolsonaro-Mourão a tomar ações para por fim ao desmonte de direitos sindicais, financiamento de sindicatos, barganha coletiva e inspeções trabalhistas**. A administração estadunidense deve incentivar o governo Bolsonaro-Mourão a restaurar o Ministério do Trabalho e por fim à retórica em favor da abolição do sistema de justiça trabalhista. **O Memorando de Entendimento sobre Cooperação Trabalhista entre o Brasil e os Estados Unidos, assim como o Acordo de Segurança Social entre os dois países, deve servir como importante**

⁸ O Brasil ratificou a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2002.

ferramenta para avançar essa diplomacia trabalhista. O cumprimento de proteções trabalhistas e sindicais deve ser parte de qualquer acordo de comércio e investimento entre as duas nações. **Até que isso seja possível, a administração Biden-Harris não deve, de nenhuma forma ou maneira, buscar um acordo de livre comércio com o Brasil.**

1. DEMOCRACIA E ESTADO DE DIREITO

A administração Bolsonaro-Mourão tem enfraquecido a democracia brasileira e acelerado a erosão institucional ao abraçar o autoritarismo. O aumento da brutalidade policial devido à falta de responsabilização dos oficiais de segurança pública envolvidos, o crescimento da violência não estatal por parte de organizações criminosas paramilitares (milícias), e a deslegitimação do sistema judicial por meio de distorções no Estado de Direito no escopo da Operação Lava Jato devem preocupar a administração Biden-Harris. O governo dos EUA tem o poder de parar a legitimação de tais práticas antidemocráticas e colocar o respeito por direitos civis e humanos e pelo Estado de Direito no centro de suas relações diplomáticas.

Desde 2016, a democracia brasileira vem enfrentando diversos retrocessos. Além de uma crise política, o país tem sofrido um amplo processo de erosão institucional que deveria alarmar observadores preocupados com o destino da democracia em todo o mundo. Embora muitos dos problemas sociais e políticos brasileiros tenha profundas raízes históricas, eles vêm sendo agravados pela administração Bolsonaro-Mourão.

Sob Bolsonaro, a negligência oficial aumentou a violência cometida por atores não estatais. Esse padrão tem crescido em diversas áreas. Organizações criminosas paramilitares de policiais e bombeiros (milícias) têm controlado grandes faixas do estado do Rio de Janeiro (e foram, supostamente, responsáveis pela execução da ex-vereadora Marielle Franco).⁹ Alguns proprietários de terras ricas e bem-conectados foram considerados responsáveis pelos incêndios na Amazônia¹⁰ (ao mesmo tempo, em um acontecimento positivo, alguns investidores ajudaram a responsabilizar os autores pelos danos ambientais).¹¹ Adicionalmente, radicais de extrema-direita coordenaram o assédio a membros do Congresso e juizes do Supremo Tribunal Federal através das redes sociais e outros meios.¹²

Talvez o exemplo mais marcante de erosão democrática – que, notadamente, possibilitou a eleição de Bolsonaro em primeiro lugar - é a distorção do Estado de Direito pela Operação Lava Jato, uma investigação de longa data sobre casos de corrupção na empresa estatal petroleira, a Petrobras, que acabou se tornando um mecanismo de acerto de contas políticas. Em junho de 2019, o *The Intercept Brasil* revelou um padrão de mentiras e manipulações no centro das investigações da Lava-Jato, ao publicar uma série de mensagens vazadas entre o então juiz Sérgio Moro, que iria, posteriormente, se somar ao governo Bolsonaro-Mourão como ministro da Justiça, e o principal promotor do caso, Deltan Dallagnol. De acordo com as mensagens, Moro e Dallagnol conspiraram privativamente para impedir que o ex-presidente Luiz

⁹ Juliana Ruhfus, “The Murder of Marielle Franco: What the Death of Brazil’s Famous Activist Reveals about the Links between Rio’s Militia Groups and Corrupt Politicians,” *Al Jazeera*, 6 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/program/episode/2019/6/6/the-murder-of-marielle-franco/>. A família Bolsonaro teria mantido um relacionamento próximo com membros das milícias no Rio de Janeiro. Este artigo do NYT é uma das muitas publicações destacando esses links: <https://www.nytimes.com/2019/04/10/opinion/brazil-bolsonaro-militias.html>.

¹⁰ Alexandra Heal, Andrew Wasley, Sam Cutler e André Campos, “Revealed: Fires Three Times More Common in Amazon Beef Farming Zones,” *The Guardian*, 10 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2019/dec/10/revealed-fires-three-times-more-common-in-amazon-beef-farming-zones>.

¹¹ Michael Stott, “Investors Boycott Brazil over Amazon Deforestation,” *Financial Times*, 4 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.ft.com/content/6e8c91b6-e46a-11e9-b8e0-026e07cbe5b4deforestation>.

¹² Terrence McCoy, “An Investigation into Fake News Targets Brazil’s Bolsonaro, and Critics Fear a Constitutional Crisis,” *The Washington Post*, 3 de junho de 2020. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/the_americas/brazil-bolsonaro-fake-news-coronavirus/2020/06/03/60194428-a4de-11ea-898e-b21b9a83f792_story.html.

Inácio Lula da Silva concorresse às eleições presidenciais de 2018.^{13,14} Enquanto a reportagem do *The Intercept* revelou graves violações éticas, se não ilegais, praticadas por Moro, que estava secretamente aconselhando a acusação do caso de Lula, repórteres levavam a cabo grande parte do escrutínio oficial. Alguns daqueles envolvidos com a história foram presos ou se tornaram alvos de investigações de fraude fiscal, como retaliação, por parte do governo.¹⁵ Em agosto de 2019, membros do Congresso inqueriram o Departamento de Justiça para que este esclarecesse sua participação na operação anticorrupção Lava Jato, porém o DOJ não respondeu ao questionamento.

Democracia e Estado de Direito são assuntos importantes e contenciosos nas relações EUA-Brasil contemporâneas. Organizações estadunidenses (governamentais e não governamentais) tiveram um papel fundamental no apoio à resistência democrática brasileira à ditadura que governou o país de 1964 a 1985, além dos esforços subsequentes para promover a liberdade individual e a responsabilidade política. Ao mesmo tempo, a história da influência dos EUA na América Latina durante o século vinte, bem como a ampla evidência documental de apoio estadunidense ao golpe militar de 1964 e relatos de interferências recentes em assuntos domésticos pelo Departamento de Justiça e pela Agência de Segurança Nacional, tem alimentado um crescente ressentimento entre democratas brasileiros em relação aos Estados Unidos, um país que, em muitos aspectos, tem sido um parceiro importante na causa da defesa do liberalismo político no hemisfério. Tais ressentimentos foram ainda mais agravados quando os dois países convergiram para o caminho do iliberalismo político, com as eleições de Donald Trump e Jair Bolsonaro. De fato, o relacionamento especialmente próximo entre os dois presidentes tem sido um fator central na legitimação de Bolsonaro e de suas tendências autoritárias. A aliança Trump-Bolsonaro tem levado muitos brasileiros que apoiam valores democráticos e o Estado de Direito a questionar se Washington é, de fato, um parceiro confiável na luta pela proteção e expansão da democracia.

Alguns dos processos que tem levado à erosão de instituições democráticas no Brasil se baseiam em modelos globais e redes que disseminam desinformação e alimentam a polarização política. Autoridades públicas dos Estados Unidos aparentam ter entendido a importância de combater esses males no âmbito doméstico, seja tentando responsabilizar as grandes empresas de tecnologia, seja investigando os principais indivíduos responsáveis por esses esquemas de desinformação, como Steve Bannon. Essas iniciativas serão de extrema importância para apoiadores da democracia e do Estado de Direito no Brasil e em outros países; portanto, exortamos a administração Biden-Harris a aprofundá-las. É imperativo que os Estados Unidos e o Brasil reestabeleçam relações que coloquem o respeito às liberdades civis, aos direitos democráticos e ao Estado de Direito no centro de sua diplomacia.

¹³ “Secret Brazil Archive,” *The Intercept*. Disponível em: <https://theintercept.com/series/secret-brazil-archive/>.

¹⁴ A Constituição brasileira não proíbe um ex-presidente de concorrer a outra eleição, mesmo depois de estar no poder por dois mandatos subsequentes. Ele ou ela pode concorrer novamente depois que outro presidente tiver um mandato completo de quatro ou oito anos, desde que não seja um terceiro mandato consecutivo. Constituição Federal, Dos Direitos Políticos, Artigo 14, Parágrafo 5. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/constituicao-federal/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil#tit4>.

¹⁵ Débora Ely, “Entenda o Vazamento de Diálogos da Lava-Jato,” *NSC Total*, 6 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.nscotal.com.br/noticias/entenda-o-vazamento-de-dialogos-da-lava-jato>; Terrence McCoy, “Glen Greenwald has Faced Pushback for his Reporting Before. But Not Like This,” *The Washington Post*, 11 de julho de 2019. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/the_americas/glenn-greenwald-has-faced-pushback-for-his-reporting-before-but-not-like-this/2019/07/11/9a7f3590-a1b1-11e9-bd56-eac6bb02d01d_story.html.

2. DIREITOS INDÍGENAS, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESMATAMENTO

Tanto o presidente-eleito, Joe Biden, quanto a vice-presidenta-eleita, Kamala Harris, já se pronunciaram com preocupação a respeito de como as políticas de Bolsonaro ameaçam o clima. Biden vem propondo, repetidamente, o financiamento para a conservação da Amazônia brasileira. **O governo estadunidense deve explorar um amplo conjunto de eixos temáticos com o Brasil, para além dos fundos de conservação, de forma a insistir que o país mude seu curso. É de crítica importância que os fundos de conservação e o engajamento bilateral não substituam a atenção necessária para abordar o papel do comércio, investimento e da política externa estadunidense na impulsão do desmatamento e na promoção de abusos de direitos humanos.**

Uma prioridade importante deveria ser a restrição, através de ordem executiva sobre compras e legislação governamentais, de importações de commodities de risco florestal como madeira, soja e produtos provenientes do gado, a não ser que possa ser determinado que as importações não estejam ligadas ao desmatamento ou à abusos de direitos humanos. Os Estados Unidos são um dos maiores mercados para a madeira amazônica, e grande parte da extração madeireira na Amazônia é feita ilegalmente, apesar da *Lacey Act* dos EUA proibir a importação de madeira ilegal.¹⁶ Os Estados Unidos devem, ainda, explorar sanções a empresas e indivíduos que sejam cúmplices dos abusos aos direitos humanos no Brasil, previstas no *Global Magnitsky Act*.¹⁷

Financiar a conservação ambiental sob o atual governo brasileiro pode parecer “jogar dinheiro no problema”, a não ser que o governo brasileiro inverta o curso de sua agenda destrutiva. Qualquer esquema novo de conservação deve aderir à direitos humanos e proteções ambientais, com critérios específicos para garantir sua eficácia. A nova administração deve se engajar diretamente com a sociedade civil brasileira para desenvolver uma compreensão abrangente do escopo e do impacto das ações do governo brasileiro na Amazônia e nos povos indígenas. Qualquer conservação do tipo pagamento-por-desempenho deve estar ligada à disposição de que o governo brasileiro cumpra demandas recentemente publicadas pela sociedade civil do país para restaurar a governança ambiental e respeitar os direitos de povos indígenas e dos afrodescendentes quilombolas,¹⁸ comunidades ribeirinhas¹⁹ e outras comunidades tradicionais

Ainda que a ênfase na Amazônia brasileira seja justificada, a administração deve considerar que existem outros ecossistemas críticos para o clima que estão sob ameaça, incluído o Cerrado, o Pantanal e a Mata Atlântica. A política externa estadunidense deve adotar uma abordagem global para maximizar a proteção e a restauração de ecossistemas para além do Brasil, de forma a endereçar a emergência climática.

Os níveis históricos de queimadas e desmatamento registrados em 2020 estão levando a Amazônia cada vez mais próximo de seu ponto de inflexão, no qual poderá perder tanta vegetação que deixará de ser uma floresta tropical.²⁰ Proteger a Amazônia é uma parte crítica dos esforços para estabilizar o clima, prevenir a próxima pandemia mundial, e inibir a crise de extinção que se aproxima. Recentemente, o Brasil reportou a maior taxa de desmatamento dos últimos oito anos.²¹ Bolsonaro tem consistentemente atacado

¹⁶ Greenpeace International, “Imaginary Trees, Real Destruction,” 20 de março de 2018. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/publication/15432/imaginary-trees-real-destruction>.

¹⁷ “As pessoas podem ser sancionadas (a) se forem responsáveis ou atuaram como agentes de alguém responsável por “execuções extrajudiciais, tortura ou outras violações graves dos direitos humanos internacionalmente reconhecidos” ou (b) se forem funcionários do governo ou associados seniores de funcionários do governo cúmplices de ‘atos de corrupção significativa.’” Human Rights Watch, 13 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2017/09/13/us-global-magnitsky-act>.

¹⁸ Terras de descendentes de pessoas escravizadas.

¹⁹ Comunidades camponesas formadas ao longo dos rios, principalmente na região amazônica.

²⁰ Stockholm Resilience Centre, “As Emissions Grow, More Parts of the Amazon are Likely to Dry Out,” 5 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.stockholmresilience.org/research/research-news/2020-10-05-as-emissions-grow-more-parts-of-the-amazon-are-likely-to-dry-out.html>.

²¹ Jake Spring e Lisandra Paraguassu, “Deforestation in Brazil's Amazon Skyrockets to 12-year High Under Bolsonaro,” *Reuters*, 30 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-brazil-environment/deforestationdeforestation>

aqueles que trabalham para proteger as florestas e os direitos humanos, classificando-os como “um câncer que ele se arrepende de não poder matar”.²² Além da demonstração clara da falta de compromisso para a proteção do meio-ambiente brasileiro, esta declaração constitui uma incitação à violência em um país que é líder mundial no número de assassinatos de ativistas ambientais e de direitos humanos. Em novembro de 2020, documentos vazados revelaram uma proposta oficial, feita pelo vice-presidente Hamilton Mourão, para regular organizações não governamentais (ONGs) na Amazônia, dado que “estas são contra os interesses nacionais”.²³

Em 2020, as queimadas aumentaram e tiveram lugar não somente nos biomas da Floresta Amazônica e do Cerrado, mas também foram registrados incêndios no bioma Pantanal, um ecossistema crítico devido a seu clima e sua biodiversidade. O Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE) brasileiro determinou que, com 40.213 focos de incêndio registrados na Amazônia e no Pantanal, setembro de 2020 foi o mês mais destrutivo no Pantanal desde 1998, quando a coleta de dados começou.²⁴ Pelo menos 28% do Pantanal foi queimado em 2020. Na primeira semana de outubro de 2020, houve um aumento de 773% no número de focos de incêndio em comparação com 2019.²⁵ As queimadas devastadoras no Pantanal são sem precedentes e, ainda assim, o Ministro do Meio Ambiente brasileiro gastou somente 0,4% do seu orçamento ministerial, entre janeiro e agosto, para controlá-las.²⁶

A devastação ambiental de Bolsonaro tem ecoado o assalto de Trump a proteções ambientais fundamentais nos Estados Unidos. Familiares de Trump e Bolsonaro, bem como oficiais de seus gabinetes, são bem conectados nas redes da extrema-direita.²⁷ Bolsonaro e seus aliados têm acelerado o desmantelamento de proteções ambientais e direitos humanos no Brasil desde o clamor global suscitado pelas queimadas de 2019. Eles têm apoiado uma legislação apelidada de “PL da Grilagem”, que poderia legitimar o roubo de terras públicas. De acordo com procuradores públicos federais brasileiros, o projeto de lei irá favorecer organizações criminosas.²⁸

Um vídeo de uma reunião de gabinete, de abril de 2020, mostrou o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, encorajando seus colegas ministros a tirarem proveito do foco nacional na pandemia de COVID-19 para desmantelar proteções ambientais.²⁹ A estratégia aparenta estar funcionando, visto que o governo já foi capaz de: enfraquecer os direitos de povos indígenas;³⁰ bloquear auxílios críticos contra o Corona

firesdeforestation-in-brazils-amazon-the-worst-in-a-decade-data-shows-idUSKBN26M6EA.skyrockets-to-12-year-high-under-bolsonaro-idUSKBN28B3MV.

²² “Bolsonaro Slams ‘Cancer’ of Environmental NGOs,” *France 24*, 4 de setembro de 2020. Disponível em: www.france24.com/en/20200904-bolsonaro-slams-cancer-of-environmental-ngos.

²³ “Government Wants Legal Framework to Control NGOs in the Amazon and Allow Only Those That Meet ‘National Interests’ to Act Politically,” *Time 24 News*, 9 de novembro de 2020. Disponível em: www.time24.news/2020/11/government-wants-legal-framework-to-control-ngos-in-the-amazon-and-allow-only-those-that-meet-national-interests-to-act-politically.html.

²⁴ Catrin Einhorn et al., “The World’s Largest Tropical Wetland Has Become an Inferno,” *The New York Times*, 13 de outubro de 2020. Disponível em: www.nytimes.com/interactive/2020/10/13/climate/pantanal-brazil-fires.html.

²⁵ Jenny Gonzales, “As Fire Season Ends, Brazil Cited for Failed Amazon and Pantanal Policies,” *Mongabay Environmental News*, 9 de novembro de 2020. Disponível em: news.mongabay.com/2020/11/as-fire-season-ends-brazil-cited-for-failed-amazon-and-pantanal-policies/.

²⁶ “Salles Só Gastou R\$ 105 Mil Em Política Ambiental Em 2020,” Observatório Do Clima, 11 de setembro de 2020. Disponível em: www.observatoriodoclima.eco.br/salles-gastou-r-105-mil-em-politica-ambiental-em-2020/.

²⁷ Benjamin R. Teitelbaum, *The War for Eternity: Inside Bannon’s Far-Right Circle of Global Power Brokers* (New York: Dey Street Books, 2020).

²⁸ Redação RBA, “MPF: Projeto da MP 910 abre portas para grilagem e violação de leis ambientais,” *Rede Brasil Atual*, 19 de maio 2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2020/05/mp-910-grilagem-pl2633/>.

²⁹ Jenny Gonzales, “Brazil Minister Advises Using COVID-19 to Distract from Amazon Deregulation,” *Mongabay Environmental News*, 26 de maio de 2020. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2020/05/brazil-minister-advises-using-covid-19-to-distract-from-amazon-deregulation/>.

³⁰ G1 Santarém, “Justiça Federal Declara Nulidade de Instrução Normativa Que Favorecia Grilagem de Terras Indígenas,” *G1*, 28 de outubro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2020/10/28/justica-federal-declara-nulidade-de-instrucao-normativa-que-favorecia-grilagem-de-terras-indigenas.ghtml>.

vírus para povos indígenas na Amazônia;³¹ desviar recursos da implementação de legislação ambiental;³² e tratar grileiros e incendiários responsáveis pelas queimadas ilegais de 2019 com impunidade.³³ Investidores e parceiros comerciais do Brasil enfrentam não somente crescentes riscos legais, operacionais e de reputação como resultado dessas ações, mas também são cúmplices na crise ambiental e de direitos humanos.

A resposta brasileira à preocupação internacional sobre a Amazônia tem sido abordar o desmatamento com operações militares, implementando, ao mesmo tempo, cortes nos orçamentos de agências de fiscalização ambiental. O vice-presidente, General Mourão, lidera um “Conselho da Amazônia” composto por oficiais das Forças Armadas, mas sem nenhuma representação de agências ambientais ou das autoridades encarregadas de assuntos indígenas.³⁴ Enviar militares para abordar o desmatamento é parte de uma estratégia cínica de Relações Públicas. As Forças Armadas não têm a experiência ou a autoridade para fiscalizar leis ambientais. Ao mesmo tempo, a administração está privando as agências de fiscalização da legislação ambiental de seus orçamentos.³⁵ Desde a militarização da fiscalização ambiental, o desmatamento e as queimadas ilegais têm apenas aumentado.³⁶

O governo brasileiro aprovou, recentemente, 58 autorizações de mineração em terras indígenas na Amazônia, em violação à Constituição brasileira.³⁷ O governo brasileiro ofereceu apoio tácito à mineração ilegal que vem contaminando, com altos níveis de mercúrio, afluentes críticos da Bacia Amazônica.³⁸ Na primeira metade de 2020, o desmatamento devido à mineração dentro de áreas protegidas representou 67,9% de toda perda de árvores na Bacia do Rio Amazonas.³⁹

O engajamento sobre o meio ambiente com a atual administração brasileira deve ser informado pelo trabalho da sociedade civil e de pesquisadores, e particularmente, pelos esforços de organizações indígenas,⁴⁰ atores políticos, estudiosos e ativistas. As autoridades brasileiras vêm deturpando publicamente suas políticas em comunicações com o governo dos EUA, como pode ser visto em uma

³¹ Jamil Chade, “ONU Contesta Vetos de Bolsonaro em Lei para Proteger Indígenas da Covid-19,” 17 de agosto de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/08/17/onu-contesta-vetos-de-bolsonaro-em-lei-para-proteger-indigenas-da-covid-19.htm>.

³² Ciara Nugent, “Brazil Is on Fire. But Ricardo Salles Is Cutting Protections,” *Time*, 1 de outubro de 2020. Disponível em: <https://time.com/5895167/brazil-fires-ricardo-salles-environment/>.

³³ Greenpeace Brasil, “Dia do Fogo Completa Um Ano, Com Legado de Impunidade,” 11 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/florestas/dia-do-fogo-completa-um-ano-com-legado-de-impunidade/>.

³⁴ Jan Rocha, “Brazil’s Bolsonaro Creates Amazon Council and Environmental Police Force,” *Mongabay Environmental News*, 24 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2020/01/brazils-bolsonaro-creates-amazon-council-and-environmental-police-force/>.

³⁵ Mauricio Savarese, “AP Finds Brazil’s Plan to Protect Amazon Has Opposite Effect,” *Washington Post*, 28 de agosto de 2020. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/the_americas/ap-finds-brazils-plan-to-protect-amazon-has-opposite-effect/2020/08/28/3143f87e-e8e4-11ea-bf44-0d31c85838a5_story.html.

³⁶ Savarese, “AP Finds Brazil’s Plan.”

³⁷ Reuters, “Brazil’s Bolsonaro Unveils Bill to Allow Commercial Mining on Indigenous Land,” *The Guardian*, 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2020/feb/06/brazil-bolsonaro-commercial-mining-indigenous-land-bill>; Hyury Potter and Eduardo Goulart de Andrade, “Agência do Governo Autoriza 58 Requerimentos Minerários em Terras Indígenas da Amazônia,” *Infoamazonia*, 26 de novembro de 2020. Disponível em: <https://infoamazonia.org/pt/2020/11/agencia-do-governo-autoriza-58-requerimentos-minerarios-em-terras-indigenas-da-amazonia#!/map=20394&story=post-61489&loc=-4.742999099999971,-56.40030240000001,7>.

³⁸ Terence McCoy e Heloísa Traiano, “Brazil Coronavirus: Amazon Sees Gold Rush; Bolsonaro Supports Miners,” *Washington Post*, 4 de setembro de 2020. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/the_americas/in-the-amazon-the-coronavirus-fuels-an-illegal-gold-rush--and-an-environmental-crisis/2020/09/03/0a4c62e6-e624-11ea-970a-64c73a1c2392_story.html.

³⁹ Jenny Gonzales, “Goldminers Overrun Amazon Indigenous Lands as COVID-19 Surges,” *Mongabay Environmental News*, 30 de julho de 2020. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2020/07/goldminers-overrun-amazon-indigenous-lands-as-covid-19-surges/>.

⁴⁰ Marcia Nunes Macedo e Valeria Paye Pereira, “We Know How to Stop the Fires,” 2 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/10/02/opinion/amazon-rainforest-fire-prevention.html>.

carta do embaixador brasileiro à Comissão de Orçamentos e Assuntos Tributários da Câmara dos EUA, enviada em meados de 2020.⁴¹

3. POLÍTICA ECONÔMICA

À medida que a economia brasileira se recuperar da pandemia, ao longo do próximo ano, a administração Bolsonaro-Mourão planeja retomar o modelo de privatização e austeridade, jogando milhares de cidadãos comuns de volta a condições precárias de vida e sem uma rede de segurança social. A administração Biden-Harris tem a oportunidade de reverter as políticas internas e constituir exemplo de como gastos sociais robustos, ao invés de uma redução combinada de esforços estatais, pode e deve ser usada para impulsionar a recuperação em todo o mundo. Isso irá dificultar os esforços de políticos brasileiros para justificar os cortes de bem-estar social e outros gastos cruciais sob os auspícios das necessidades do mercado.

Bolsonaro tem implementado uma política econômica conservadora, comprometida com a redução do tamanho e dos custos do governo e com a atração de investimentos externos. A atual administração é uma continuação da virada neoliberal conduzida pelo então presidente Michel Temer (2016-18) após a deposição da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. O ministro da Economia, Paulo Guedes, notoriamente o membro mais importante da atual administração, é um tecnocrata comprometido com o livre mercado. Discípulo de Milton Friedman, Guedes terminou seu doutorado na Universidade de Chicago em 1978, elogiando frequentemente a performance de seus colegas, apelidados de *Chicago Boys*, que trabalharam no regime ditatorial de Augusto Pinochet, no Chile – uma clara sinalização de sua orientação política e econômica.

Uma das primeiras medidas de Bolsonaro foi o anúncio de que Guedes iria coordenar todos os assuntos econômicos de sua administração. Isso enviou um sinal tranquilizador para observadores, particularmente aqueles da comunidade empresarial, preocupados com o errático extremismo de direita de Bolsonaro. Uma vez no poder, Guedes enviou uma extensa reforma previdenciária ao Congresso, que foi aprovada em novembro de 2019.⁴² Dentre outras medidas, a reforma aumentou a idade mínima para aposentadoria: 65 para homens e 62 para mulheres. Também estipulou que trabalhadores do sexo masculino devem contribuir para o sistema de previdência social por 40 anos (35 para mulheres) para receber benefícios completos de aposentadoria. Aqueles que se aposentam com 65 anos, mas sem ter contribuído por quatro décadas, recebem apenas 60% de seu salário. O problema, como notaram os críticos, é que, em muitas partes do país, a expectativa de vida está na casa dos 60 anos, abaixo da média nacional. Portanto, definir uma idade mínima de aposentadoria universal em 65 anos significa, efetivamente, que trabalhadores das partes mais pobres e menos desenvolvidas do Brasil não poderão se aposentar. Outro problema é que, enquanto a lei requer 40 anos ininterruptos de contribuição para o sistema de previdência social, estatísticas mostram que o brasileiro passa em média 8 anos trabalhando fora no mercado formal. Para alguém nesta situação, a idade média de aposentadoria aumentaria para 73 anos. A reforma da previdência de Bolsonaro é produto da austeridade econômica. É um nítido retrocesso e irá dificultar que trabalhadores pobres possam garantir uma aposentadoria digna. Inicialmente, o plano Bolsonaro-Mourão era privatizar completamente o sistema de previdência social; porém, outras forças políticas do país, incluindo a centro-direita, opuseram-se ao plano em 2019, o primeiro ano da administração.

As políticas econômicas rígidas de Guedes têm sido, por vezes, um ponto de tensão com as inclinações ideológicas amorfas de Bolsonaro. Durante a pandemia de COVID-19, por exemplo, a atual administração concordou relutantemente em prover financiamento para o auxílio emergencial dos

⁴¹ Brasil Vai Responder a Deputados dos EUA e Pedir Diálogo para Acordo Comercial. Folha de S. Paulo, Washington, DC, 8 de junho de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/brasil-vai-responder-a-deputados-dos-eua-e-pedir-dialogo-para-acordo-comercial.shtml>

⁴² Brazil Institute, "What's Happening with Pension Reform in Brazil?," *Wilson Center*, 22 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/blog-post/whats-happening-pension-reform-brazil>.

brasileiros que tiveram a qualidade de vida afetada pela crise de saúde pública. Guedes expressou publicamente sua vontade de relaxar o programa, insistindo que não há espaço no orçamento para manter o auxílio por tempo indeterminado.⁴³ Ele até sugeriu que Bolsonaro poderia sofrer um impeachment por crimes fiscais se não tomasse cuidado. Por sua parte, Bolsonaro rapidamente se convenceu da ideia de enviar dinheiro aos eleitores. Apesar de sua abordagem de pouca interferência em relação à COVID-19, a popularidade de Bolsonaro aumentou durante a pandemia, um resultado que muitos analistas atribuem ao fato de os eleitores creditarem a ele o auxílio que os mantêm vivos.⁴⁴ A ironia é que o governo Bolsonaro foi o primeiro a opor-se à resolução que criou os pagamentos emergenciais.

4. BASE ESPACIAL DE ALCÂNTARA E AUXÍLIO MILITAR DOS EUA

A administração Biden-Harris tem uma oportunidade importante de apoiar direitos humanos e proteções ambientais através da reversão do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), assinado pelas administrações Bolsonaro e Trump, visto que este irá, ilegal e desnecessariamente, expulsar cerca de 800 famílias afro-brasileiras de suas terras constitucionalmente garantidas. O AST também incluiria a expropriação de cerca de 12 mil hectares de terra florestal quilombola, onde residentes descendentes de escravos praticam há muito a agricultura sustentável e a preservação florestal. A administração Biden-Harris pode ter um posicionamento firme contra qualquer expropriação de terras quilombolas, ao mesmo tempo em que constrói uma colaboração pacífica com a Agência Espacial Brasileira em Alcântara. De acordo com os objetivos pacíficos do Tratado do Espaço Sideral, do qual Estados Unidos e Brasil são signatários, a administração Biden-Harris deve rejeitar firmemente qualquer envolvimento militar na colaboração espacial com o Brasil. Qualquer colaboração entre os programas espaciais dos EUA e do Brasil deve eliminar o legado racista e ambientalmente destrutivo de Trump e Bolsonaro.

O “Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST)” existe para o uso da principal base de lançamento espacial brasileira, em Alcântara, Maranhão, na fronteira leste da Amazônia brasileira. Infelizmente, os planos para o acordo vão além da colaboração pacífica entre os programas espaciais dos EUA e do Brasil, e incluem extensivas violações de direitos humanos e danos a um ecossistema global crucial.⁴⁵

Os residentes da região são predominantemente descendentes de afro-brasileiros escravizados, que conquistaram sua liberdade e formaram comunidades quilombolas antes da abolição da escravidão, em 1888.⁴⁶ O direito das comunidades quilombolas à suas terras são garantidos pela Constituição brasileira.⁴⁷ A administração Biden não deveria participar da violação destes direitos por um presidente brasileiro que afirmou que residentes de quilombos “não servem nem para procriar”, e que tem repetidamente demonstrado desprezo pelos direitos constitucionalmente garantidos de comunidades indígenas e quilombolas à suas terras.⁴⁸

⁴³ Reuters, “Brazil Has No Plans to Extend Emergency Budget, Aid to Poor Beyond Year-End Deadline – Guedes,” *Yahoo Money*, 7 de outubro de 2020. Disponível em: https://money.yahoo.com/brazil-no-plans-extend-emergency-150410817.html?guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xlLmNvbS8&guce_referrer_sig=AQAAAHqLNSOO_JLoIVS3oWQEt3vsdbiQncsnxuK5RBBStgrBttRNCWJ1ASv6Hz3g6lEtBp5wyuE6AFrrBUjgbFhwnRIIGhCjA8MHBqxiKF9zCrfixe1QbksX8kuY-O9vHPDmTGKPyq1876QB7f4y13UvrepFuVCyxJ7rCRJ6uEGBWXY.

⁴⁴ Philip Reeves, “As Covid-19 Deaths Rise in Brazil, So Does Bolsonaro’s Popularity,” *NPR*, 24 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.npr.org/2020/11/24/938326560/as-covid-19-deaths-rise-in-brazil-so-does-bolsonaros-popularity>.

⁴⁵ “Black Communities in Brazil under Threat from US Satellite Deal,” *The Real News Network*, 31 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://therealnews.com/brazil-black-communities-quilombos-united-states-alcantara-satellite-deal>.

⁴⁶ Katerina Hatzikidi, “Brazil’s Space Programme Threatens Black Quilombo Communities,” *Alborada*, 5 de julho de 2020. Disponível em: <https://alborada.net/brazil-space-programme-quilombo-environment/>.

⁴⁷ Rapoport Delegation on Afro-Brazilian Land Rights, “Between the Law and Their Land: Afro-Brazilian Quilombo Communities’ Struggle for Land Rights,” 22 de setembro de 2008. Disponível em: <https://law.utexas.edu/wp-content/uploads/sites/31/2016/02/brazil-eng.pdf>.

⁴⁸ “What Brazil’s President, Jair Bolsonaro, Has Said about Brazil’s Indigenous Peoples,” *Survival International*. Disponível em: <https://www.survivalinternational.org/articles/3540-Bolsonaro>.

Durante as negociações do acordo pelas administrações Trump e Bolsonaro, comunidades quilombolas foram asseguradas que não haveria expropriação de terras.⁴⁹ Porém, essas promessas foram quebradas sem cerimônia em meio ao aprofundamento da pandemia, em março de 2020, quando a administração Bolsonaro anunciou seu plano de expropriar ilegalmente 12 mil hectares de área florestal quilombola, propriedade de cerca de 800 famílias que há muito praticam a agricultura sustentável e a preservação florestal.⁵⁰

A administração Biden-Harris deve rejeitar e repudiar o desmatamento que vem ocorrendo na administração Bolsonaro-Mourão, que utiliza a crise da COVID-19 como distração.⁵¹ A área já tem uma base de lançamento espacial equatorial de 8.713 hectares, com um oceano aberto a leste, área significativamente maior que a do Porto Espacial América dos EUA, com 7.300 hectares. **A administração Biden-Harris pode, portanto, tomar um forte posicionamento contra qualquer expropriação de terras quilombolas, engajando-se, ao mesmo tempo, em colaboração pacífica com a Agência Espacial em Alcântara.**⁵²

Uma vez que a terra onde o porto espacial está situado foi tomada de seus residentes sob a ditadura militar brasileira, de vigorou de 1964 a 85, a administração Biden também deveria insistir que as comunidades quilombolas da região sejam justamente recompensadas por qualquer uso da base de lançamento espacial.

5. DIREITOS HUMANOS: A SITUAÇÃO DE GRUPOS HISTORICAMENTE MARGINALIZADOS, DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS E JORNALISTAS

5.1 DIREITOS DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

Antes de sua presidência e de sua campanha presidencial, Bolsonaro consistentemente adotou uma postura agressiva e desrespeitosa em relação a mulheres e pessoas LGBTQI+, buscando apoio através de uma retórica homofóbica e misógina, desinformação e políticas. Sua administração tem generalizado esses assuntos e falhado em abordar as agendas de direitos humanos e grupos marginalizados, favorecendo uma abordagem ultraconservadora. Dadas as alarmantes taxas de violência de gênero e anti-LGBTQI+ no Brasil, essa abordagem é prejudicial e deveria ser preocupante para parceiros diplomáticos.

O nível de violência sexual e de gênero no Brasil é estarrecedor. Em 2019, o país registrou um crescimento de 7,2% nos feminicídios a nível nacional, uma média de 4 mulheres assassinadas a cada dia.⁵³ Desde 2008, o Brasil tem sido consistentemente considerado como o país com a maior taxa de pessoas trans assassinadas no mundo.⁵⁴ Estatísticas também revelam um caso de homicídio motivado por

⁴⁹ Rubens Valente, “Documentos Contradizem Versão de Ministro Sobre Ampliação de Base de Alcântara,” *Folha de São Paulo*, 11 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/10/documentos-contradizem-versao-de-ministro-sobre-ampliacao-de-base-de-alcantara.shtml>.

⁵⁰ Sean T. Mitchell, “Alcântara: Bolsonaro’s Illegal Plan to Expropriate Afro-Brazilian Land for Trump Deal,” *Brasil Wire*, 18 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.brasilwire.com/bolsonaros-illegal-plan-to-expropriate-afro-brazilian-land-in-alcantara-for-a-deal-with-trump/>.

⁵¹ Jake Spring, “Brazil Minister Calls for Environmental Deregulation While Public Distracted by COVID,” *Reuters*, 22 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-brazil-politics-environment/brazil-minister-calls-for-environmental-deregulation-while-public-distracted-by-covid-idUSKBN22Y30Y>.

⁵² Mitchell, “Alcântara.”

⁵³ “Feminicídio Cresce No Brasil e Explode em Alguns Estados,” *Folha de S.Paulo*, 22 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/02/feminicidio-cresce-no-brasil-e-explode-em-alguns-estados.shtml>.

⁵⁴ Oscar Lopez, “Reported Murders, Suicides of Trans People Soar in Brazil,” *Reuters*, 8 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-brazil-lgbt-murders-trfn-idUSKBN25Z31O>.

homofobia a cada 23 horas, e uma média de 180 casos de estupro por dia.⁵⁵ Relatos de violência doméstica aumentaram 3,8% em 2020.⁵⁶

Como congressista, Jair Bolsonaro era conhecido por suas afirmações agressivas sobre mulheres e pessoas LGBTQI+, inclusive dizendo à ex-ministra dos Direitos Humanos e deputada, Maria do Rosário, que ela “não merecia ser estuprada,”⁵⁷ bem como fazendo diversos comentários homofóbicos contra Jean Wyllys, um deputado abertamente gay.⁵⁸ Wyllys foi forçado a sair do país, em janeiro de 2019, devido às constantes e críveis ameaças de morte.⁵⁹

Durante a campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro apostou em uma retórica homofóbica e misógina, amplamente disseminada nas redes sociais, para desinformar o público e mobilizar apoio. A administração Mourão-Bolsonaro não tem feito progresso no enfrentamento dos problemas da desigualdade e violência. Bolsonaro condensou secretarias e ministérios, que previamente trabalhavam individualmente para abordar questões de direitos humanos, direitos das mulheres, desigualdade racial e direitos LGBTQI+, em um único ministério, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.⁶⁰ O novo ministério notavelmente exclui pessoas LGBTQI+ de seu escopo e tem tomado uma postura ultraconservadora, discriminatória e retrógrada em múltiplos assuntos relacionados a gênero e equidade.⁶¹

5.2 AFRO-BRASILEIROS/POPULAÇÃO NEGRA

Mesmo representando a maioria da população brasileira, os afro-brasileiros foram historicamente marginalizados e sub-representados em espaços de poder. Em anos recentes, os abusos contra a população negra no Brasil têm aumentado devido à violência policial, à ocupação das favelas – predominantemente afro-brasileiras – pela polícia e à ameaça desproporcional da COVID-19.

Afro-brasileiros representam 56% da população brasileira, o que significa que há mais de 100 milhões de afro-brasileiros no país. O Brasil é o segundo país, após a Nigéria, com a maior população de descendentes africanos. Enquanto representam a maioria da população, são sub-representados em espaços de poder, como o Congresso Nacional. Alguns dos desafios mais importantes para os afro-brasileiros são

⁵⁵ Viviane Sousa and Leo Arcoverde, “Brasil Registra Uma Morte por Homofobia a Cada 23 Horas, Aponta Entidade LGBT,” *GI*, 17 de maio de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/17/brasil-registra-uma-morte-por-homofobia-a-cada-23-horas-aponta-entidade-lgbt.ghtml>; “Brazil Registers More than 180 Rapes per Day, The Highest Since 2009,” *Folha de S.Paulo*, 11 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/internacional/en/brazil/2019/09/brazil-registers-more-than-180-rapes-per-day-the-highest-since-2009.shtml>.

⁵⁶ Sarah Teófilo, “Feminicídios Crescem Durante a Pandemia; Casos de Violência Doméstica Caem,” *Correio Braziliense*, 19 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2020/10/4883191-feminicidios-crescem-durante-a-pandemia-casos-de-violencia-domestica-caem.html>.

⁵⁷ Charlotte Alter, “Brazilian Politician Tells Congresswoman She’s ‘Not Worthy’ of Sexual Assault,” *Time*, 11 de dezembro de 2014. Disponível em: <https://time.com/3630922/brazil-politics-congresswoman-rape-comments/>.

⁵⁸ Alexandre Putti, “Bolsonaro Comete Homofobia ao se Referir a Jean Wyllys, Diz Advogado,” *CartaCapital* (blog), 20 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-comete-homofobia-ao-se-referir-a-jean-wyllys-diz-advogado/>.

⁵⁹ “Jean Wyllys: Gay Brazil Politician Will Not Return over Death Threats,” *BBC News*, 24 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-46996206>.

⁶⁰ “Bolsonaro to Abolish Human Rights Ministry in Favour of Family Values,” *The Guardian*, 10 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2018/dec/06/outcry-over-bolsonaros-plan-to-put-conservative-in-charge-of-new-family-and-women-ministry>.

⁶¹ Anthony Faiola e Marina Lopes, “LGBT Rights Threatened in Brazil under New Far-Right President,” *Washington Post*, 18 de dezembro de 2020. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/the_americas/lgbt-rights-under-attack-in-brazil-under-new-far-right-president/2019/02/17/b24e1dcc-1b28-11e9-b8e6-567190c2fd08_story.html; Ana Carolina Ogando e Mariana Prandini Assis, “Bolsonaro, ‘Gender Ideology’ and Hegemonic Masculinity in Brazil,” 31 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/opinions/2018/10/31/bolsonaro-gender-ideology-and-hegemonic-masculinity-in-brazil>.

a violência policial e mortes de civis, a expulsão de pessoas dos quilombos, uma quantidade desproporcional de mortes por COVID-19, execuções políticas e ameaças a ativistas e políticos negros.⁶²

Afro-brasileiros são consistentemente os alvos da violência policial e compõem até 75% dos cidadãos assassinados pela polícia.⁶³ Tanto adultos quanto crianças estão sob ameaça de serem mortos pela polícia e esquadrões secretos. Durante a pandemia, esses assassinatos continuaram. Dois dentre vários casos incluem o de João Pedro Matos Pinto, um menino negro de 14 anos morto no Rio de Janeiro no dia 18 de maio de 2020, e o de João Alberto Silveira Freitas, que foi espancado e morto por seguranças do supermercado Carrefour no dia 19 de novembro de 2020. Por conta da frequência dos assassinatos policiais, cidadãos negros agora afirmam que presenciam um incidente como o de George Floyd a cada 23 minutos. Em 2016, a polícia brasileira matou 4.224 pessoas, em comparação às 963 pessoas mortas pela polícia estadunidense. Em outubro de 2019, a polícia do Rio de Janeiro matou 1.249 pessoas, o que equivale a 5 pessoas por dia.

Em 2014, a polícia militar federal ocupou comunidades nas favelas do Rio de Janeiro, afirmando que essas eram áreas de grande incidência criminal. Porém, sua forte presença levou a uma escalada no número de residentes inocentes assassinados, e a maioria dos residentes das favelas são afro-brasileiros. Marielle Franco, uma vereadora negra e lésbica do Rio de Janeiro, condenou a ocupação das comunidades das favelas do Rio. Ela foi assassinada em 14 de março de 2018. Seu caso atraiu atenção internacional, mas segue não resolvido. A pessoa que ordenou sua morte ainda não foi capturada.

O Brasil é o segundo país com mais mortes pela COVID-19 após os Estados Unidos. Como nos EUA, a COVID-19 afetou desproporcionalmente os afrodescendentes. Os afro-brasileiros têm 38% mais chances de morrer pela COVID-19 do que pessoas brancas.⁶⁴ Isso é resultado do racismo estrutural e de uma maior exposição ao vírus em comparação às pessoas brancas, uma vez que afro-brasileiros representam desproporcionalmente a maior parte da força de trabalho pouco qualificada, onde muitos empregos são considerados essenciais.

5.3 DIREITOS INDÍGENAS E A PROTEÇÃO DE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS E JORNALISTAS

O governo dos EUA deve condenar enfaticamente a política de segurança pública racista do Brasil e demandar uma abordagem compreensiva e interseccional para políticas de redução de crimes. Essa nova abordagem para a redução de crimes deve considerar fatores que aumentam a ameaça de mortes violentas, como origem étnica-racial, pobreza, orientação sexual e identidade de gênero.

Bolsonaro intimidou e incitou a violência e hostilidade contra defensores de direitos humanos, membros de sindicatos, líderes sociais, líderes ambientais e jornalistas.⁶⁵ Instituições públicas que protegem direitos humanos foram significativamente enfraquecidas, e espaços para a participação da sociedade civil estão sendo progressivamente diminuídos.⁶⁶ A administração Bolsonaro-Mourão tem debilitado órgãos de

⁶² Jake Spring, “Brazil Minister Calls for Environmental Deregulation While Public Distracted by COVID,” *Reuters*, 22 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-brazil-politics-environment/brazil-minister-calls-for-environmental-deregulation-while-public-distracted-by-covid-idUSKBN22Y30Y>.

⁶³ Fábio Grellet, “Negros São 75% dos Mortos Pela Polícia no Brasil, Aponta Relatório,” *UOL Notícias*, 15 de julho de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/07/15/negros-sao-75-dos-mortos-pela-policia-no-brasil-aponta-relatorio.htm>.

⁶⁴ Jake Spring, “Brazil Minister Calls for Environmental Deregulation While Public Distracted by COVID,” *Reuters*, 22 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-brazil-politics-environment/brazil-minister-calls-for-environmental-deregulation-while-public-distracted-by-covid-idUSKBN22Y30Y>; Diego Viñas, Pedro Duran e Júlia Carvalho, “Morrem 40% Mais Negros que Brancos por Coronavírus no Brasil,” *CNN Brasil*, 5 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/06/05/negros-morrem-40-mais-que-brancos-por-coronavirus-no-brasil>.

⁶⁵ Sami Naïr, “O que está por trás do discurso de ódio,” *El País*, 8 de dezembro de 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/07/internacional/1544180778_836431.html.

⁶⁶ Naiara Galarraga Gortázar, “Bolsonaro acelera deterioração da democracia no Brasil,” *El País*, 12 de janeiro de 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020/01/12/politica/1578841564_993293.html.

inspeção independentes, como o Mecanismo Nacional para a Prevenção e Combate à Tortura, que monitora a situação das violações de direitos humanos em prisões e centros de detenção da juventude. A administração também está desmobilizando os órgãos responsáveis por desenvolver políticas sociais e territoriais relacionadas a povos indígenas e comunidades quilombolas, incluindo o Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Em 2020, programas de monitoramento de movimentos sociais e da oposição política, levado a cabo por meio de estruturas governamentais, foram descobertos. De acordo com denúncias públicas, o Ministério da Justiça começou a “monitorar ativistas”, entre os quais estavam professores universitários como Paulo Sérgio Pinheiro, ex-secretário de Direitos Humanos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso; Luiz Eduardo Soares, ex-secretário nacional de Segurança Pública; e Ricardo Ballestreri, ex-presidente da Anistia Internacional do Brasil.

Entidades da sociedade civil denunciaram a intenção da administração de monitorar organizações não governamentais que defendem a Amazônia. O número de assassinatos de defensores de direitos humanos aumentou nos últimos dois anos. Os assassinatos dos líderes indígenas Paulo Guajajara, Zexico Guajajara, Kwaxipuhu Ka'apor e da liderança de movimento social Carlos Cabral, revelaram a atmosfera preocupante de intimidação de defensores de direitos humanos. O Brasil é um dos países mais letais para defensores da terra e do meio ambiente, muitos dos quais são de comunidades indígenas. Por exemplo, em 2019, houve 24 assassinatos de defensores da terra e do meio ambiente no Brasil, o terceiro maior índice no mundo. Quase 90% dessas mortes ocorreram na Amazônia.⁶⁷

Durante as eleições de 2020, candidatas com uma agenda de direitos das mulheres sofreram ameaças e intimidações. Ademais, casos de assédio contra jornalistas e veículos de imprensa cresceram 54% em 2019, como revelado pelo relatório “Violência contra Jornalistas e Liberdade da Imprensa no Brasil”, produzido pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJR). O presidente Jair Bolsonaro foi responsável por grande parte desse crescimento: ele assediou a imprensa em 121 instâncias em 2019, impressionantes 58% do total de casos reportados naquele ano.

5.4 CRIMINALIZAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS: O CASO DO MST

Cidadãos dos EUA, particularmente os políticos estadunidenses, têm um papel importante nos conflitos rurais brasileiros. Primeiro, é vital atrair a contínua atenção internacional aos assassinatos de líderes dos movimentos rurais. Sendo uma séria violação de direitos humanos, os assassinatos políticos merecem preocupação mundial. Segundo, o apoio estadunidense às forças de segurança brasileiras deve ser reconsiderado, particularmente àquelas unidades que assediam ativistas e outros civis. Terceiro, políticos devem avaliar a conexão entre a política comercial dos EUA e o agronegócio baseado no Brasil, que se beneficia da destruição de ecossistemas frágeis e do despejo de pequenos agricultores.

No dia 12 de agosto de 2020, pequenos agricultores de Campo Grande correram para dentro da escola de sua comunidade e agarraram todos os livros que conseguiram encontrar. Estavam visivelmente tensos sob as máscaras que usavam para se proteger da COVID-19. Os agricultores já estavam rodeados por dezenas de oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais. O ar foi escurecido pela fumaça de um fogo que aparentemente havia sido acendido para expulsar os moradores. Minutos depois da escola ter sido evacuada, uma escavadeira policial demoliu o prédio.

Para entender por que a polícia estadual destruiu uma escola estadual, é importante considerar a situação atual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST). Os agricultores de Campo Grande se uniram ao MST em 1998, quando a plantação de cana de açúcar onde trabalhavam faliu sem

⁶⁷ Global Witness, Brasil, “The climate-critical Amazon rainforest is under major threat from destructive agribusiness. Brazil is also one of the deadliest countries in the world for land and environmental defenders, many of them from indigenous communities,” 2020. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/en/all-countries-and-regions/brazil/#:~:text=We%20recorded%2024%20murders%20of,deaths%20were%20in%20the%20Amazon>.

pagar o que lhes era devido. Os trabalhadores não remunerados começaram a plantar safras nos campos vazios da antiga plantação. Pelos próximos vinte e dois anos, eles ali viveram em paz e ganharam o apoio de agências estatais, que tentaram ajudá-los a obter o título da terra. Então, no dia 12 de agosto de 2020, a polícia despejou catorze famílias e a escola da aldeia para abrir espaço para um novo empreendimento corporativo de café. Era o meio da pandemia de COVID-19. Os moradores da comunidade preservaram os livros didáticos.

Desde sua fundação, em 1984, o MST luta pela reforma agrária. Essa luta transformou o grupo em um dos maiores movimentos sociais do Brasil – de fato, por meio da Via Campesina, em um dos movimentos rurais mais reconhecidos no mundo. Ativistas do MST pressionaram o governo a cumprir o mandato constitucional de redistribuir a terra (com a devida compensação aos antigos donos) para que pequenos agricultores pudessem usufruir das safras que plantaram. O Movimento faz ocupações não-violentas de terra em grandes propriedades improdutivas como forma de protesto. Ao longo dos últimos dois anos, a abordagem do MST tem levado a um confronto direto com a administração Bolsonaro-Mourão.

O MST foi um dos alvos retóricos preferidos de Bolsonaro durante a campanha presidencial de 2018. Ele exortou, repetidamente, os proprietários de terra a atirarem contra manifestantes. A linguagem incendiária de Bolsonaro veio em meio a uma onda de assassinatos contra líderes rurais, com 70 militantes assassinados em 2017.⁶⁸ Em outubro de 2020, uma liderança do MST no estado do Paraná foi sequestrado e executado.

Em geral, Bolsonaro tem adotado uma abordagem mais burocrática para propagar a injustiça no setor rural. A reforma agrária foi paralisada e os recursos alocados para expropriações foram reduzidos a praticamente zero.⁶⁹ Governos anteriores haviam se comprometido a comprar merendas escolares e itens alimentícios federais similares de pequenos agricultores; Bolsonaro eliminou quase completamente o financiamento desse programa.⁷⁰ Finalmente, sob Bolsonaro, forças de segurança do governo têm repetidamente encontrado pretextos para despejar (como em Campo Grande) ou assediar comunidades sem terra.

Militantes do MST estão respondendo a Bolsonaro através de um eixo estratégico de ações amplas, desenhadas para construir uma coalizão com brasileiros urbanos. A prática de doação direta de comida é possivelmente a intervenção atual mais visível do movimento. Com o crescimento da fome devido a COVID-19, agricultores do MST têm respondido doando suas safras para pessoas em bairros com altos níveis de pobreza.⁷¹ Da mesma forma, no despertar das queimadas na Amazônia, o movimento se comprometeu a plantar 100 milhões de árvores em dez anos.⁷² O movimento também apresentou um plano de emergência que oferece um roteiro para o rápido aumento na redistribuição de terra para famílias carentes.

⁶⁸ Cristiane Passos e Mário Manzi, “Conflitos no Campo Brasil 2019,” *Comissão Pastoral da Terra*, 17 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/5167-conflitos-no-campo-brasil-2019>; Gregory Duff Morton, “Blood on the Land in Brazil,” *The New York Review of Books*, 5 de março de 2018. Disponível em: <https://www.nybooks.com/daily/2018/03/05/blood-on-the-land-in-brazil/>.

⁶⁹ “Bolsonaro manda Incra paralisar processos da reforma agrária,” *Canal Rural*, 8 de janeiro 2019. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/bolsonaro-paralisar-incra-reforma-agraria/>; “Bolsonaro Reduz Verba para Reforma Agrária e Aumenta Indenizações a Ruralistas,” *Brasil de Fato*, 8 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/08/bolsonaro-reduz-verba-para-reforma-agraria-e-aumenta-indenizacoes-a-ruralistas>.

⁷⁰ Marcos Antônio Corbari, “Camponeses Reafirmam PAA como Instrumento de Segurança Alimentar Frente à Pandemia,” *Brasil de Fato*, 29 de maio 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/29/camponeses-reafirmam-paa-como-instrumento-de-seguranca-alimentar-frente-a-pandemia>.

⁷¹ Gram Slattery e Anthony Boadle, “Specter of Hunger Rises in Brazil as Coronavirus Wrecks Incomes,” *Yahoo News*, 21 de abril de 2020. Disponível em: <https://news.yahoo.com/feature-specter-hunger-rises-brazil-140000410.html>; Maura Silva, “Since the Start of the Pandemic, MST Has Donated More Than 3400 Tons of Food,” *MST*, 10 de setembro 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/09/10/since-the-start-of-the-pandemic-mst-has-donated-more-than-3400-tons-of-food/>.

⁷² “MST Holds National Tree Planting Campaign throughout Brazil,” *MST*, 17 de setembro de 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/09/17/mst-holds-national-tree-planting-campaign-throughout-brazil/>.

6. VIOLÊNCIA ESTATAL E BRUTALIDADE POLICIAL

O alarmante número de homicídios cometidos pelas forças estatais no Brasil é preocupante para especialistas internacionais de direitos humanos. Seu recente aumento, sem relação direta com crimes violentos, é ligado a uma cultura de impunidade e a uma retórica anticrime violenta e de linha dura, que tem como alvo bairros predominantemente negros. A nova legislação, que afrouxou as regulações sobre porte de armas e diminuiu a responsabilização de policiais, também contribuiu para o aumento da brutalidade.

Um dos primeiros temas que Bolsonaro abordou quando assumiu o cargo foi a segurança pública, defendendo uma legislação que, dentre outras coisas, tornaria mais difícil a responsabilização de policiais pela morte de civis. Pela primeira vez, o governo omitiu dados de brutalidade policial dos relatórios oficiais sobre direitos humanos.⁷³ Os números são eloquentes. O Brasil tem uma das taxas de homicídios mais altas do mundo, ficando entre os 15 países no topo da lista em 2019, com uma taxa de 30,5 mortes a cada 100 mil habitantes.

O aumento na violência policial não pode ser explicado como uma resposta aos crimes violentos, que têm diminuído desde 2018. No entanto, muitos observadores conectam esse crescimento à expansão de uma cultura de impunidade, ratificada por um presidente que fez campanha com uma postura linha dura contra o crime e tem, em diversas ocasiões, estimulado a violência em comunidades de baixa renda. Ele afirmou que policiais violentos deveriam ser condecorados, e não responsabilizados por suas ações.

Ainda que a administração Bolsonaro-Mourão não tenha inventado a duradoura cultura de violência que permeia a Polícia Militar brasileira (responsável por patrulhar as ruas), a retórica do presidente desempenhou um papel importante em fomentar os assassinatos perpetrados pela polícia. Quando o presidente diz que “bandidos devem morrer como baratas”, a polícia entende que tem uma *carte blanche* para matar.

A maioria das vítimas de violência policial e assassinatos nas mãos da polícia são de baixa renda; homens negros moradores de favelas e periferias pobres de cidades brasileiras. De acordo com o mais recente Relatório Anual do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 76,2 por cento das vítimas de assassinatos perpetrados pela polícia são negros, o que demonstra que a violência policial no Brasil está fortemente correlacionada à raça.

O clima de impunidade e a retórica de apoio à violência policial por políticos-chave se estende além do governo federal, com declarações notórias do ex-governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, que prometeu cavar valas comuns para os corpos de criminosos, mandou franco-atiradores em helicópteros atirarem em suspeitos e foi fotografado imitando a letal força especial policial.

Recentemente, a legislação anticrime também contribuiu para o aumento da violência policial, enfraquecendo leis de porte de armas e possibilitando que a polícia utilize força letal com base em “medo, surpresa ou violenta emoção.” Com o mandato legal para implementar o terror estatal contra populações negras, de baixa renda, podemos esperar que a polícia irá continuar a atirar para matar.

⁷³ Rogério Pagnan, “Governo Bolsonaro Exclui Violência Policial de Relatório sobre Violações de Direitos Humanos,” *Folha de São Paulo*, 12 de junho 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/governo-bolsonaro-exclui-violencia-policial-de-relatorio-sobre-violacoes-de-direitos-humanos.shtml>.

7. SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA

A administração Biden Harris deve buscar colaborar com o Brasil no setor de saúde pública. O Sistema Único de Saúde brasileiro é extensivo e compreensivo, e tem sido bem-sucedido em aumentar os indicadores de saúde e reduzir a desigualdade sanitária; porém, é insuficientemente financiado desde o início e é alvo de muitos esquemas de corrupção. A pandemia tem, simultaneamente, aumentado a pressão sobre o sistema e demonstrado sua importância. A crise atual apresenta uma oportunidade de troca de informações que pode melhorar o sistema de saúde em ambos os países.

O Brasil tem um dos maiores e mais compreensivos sistemas de saúde universal do mundo, implementando o direito à saúde garantido na Constituição Federal de 1988. É o único país com mais de 100 milhões de habitantes que oferece acesso gratuito à saúde, tanto para sua população quanto para qualquer visitante. O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado após o fim da ditadura militar, em 1985.⁷⁴ Pelos últimos trinta anos, o SUS melhorou os principais índices de saúde: a mortalidade infantil diminuiu de 53 para 14 por mil habitantes, a expectativa de vida aumentou de 64 para 76 anos, a desigualdade racial, no escopo da saúde, diminuiu.⁷⁵ Em torno de 75% da população depende exclusivamente do SUS para acesso a cuidados básicos de saúde, enquanto o resto da população utiliza cobertura adicional de seguros de saúde privados, financiados principalmente por empregadores. Graças ao SUS, o Brasil tem um dos maiores programas de vacinação em massa no mundo, tendo eliminado a rubéola e a poliomielite com seu Programa de Vacinação Nacional, alcançando mais de 80% de cobertura para a maioria das vacinas. O SUS implementou uma política de uso de medicamentos genéricos para expandir sua acessibilidade e quebrou a patente de medicamentos para HIV e AIDS, garantindo tratamento a todos. **O país é reconhecido por ter promovido algumas das mais bem-sucedidas campanhas em massa de saúde pública no mundo, como as que lidavam com o controle do tabaco, transplante de órgãos e Zika.**⁷⁶

Ainda assim, a pressão no sistema se intensifica a cada dia.⁷⁷ A recente e profundamente devastadora pandemia de COVID-19 tem sublinhado a importância de um sistema de saúde amplo e universal. Em um país extremamente desigual e, apesar de suas desvantagens, o SUS têm sido bem sucedido em cuidar de milhares de pessoas que não teriam acesso a cuidados de saúde de outra forma.

A política de saúde pública do Brasil ainda passa por diversos desafios políticos e administrativos. O sistema enfrenta o subfinanciamento, a judicialização da oferta de medicamentos e serviços, a desigualdade regional na oferta de profissionais e as dificuldades de cooperação entre provedores de serviço público e privado, assim como entre entidades subnacionais.⁷⁸ Ademais, nos últimos anos, o SUS

⁷⁴ “Flawed but Fair: Brazil’s Health System Reaches out to the Poor,” *Boletim* 86 da Organização Mundial da Saúde, no. 4 (Abril 2008): 248-249.

⁷⁵ Arminio Fraga, Miguel Lago, and Rudi Rocha, “Despite Troubles, Brazil’s SUS Health System Can Be a Model for Latin America,” *Americas Quarterly*, 5 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.americasquarterly.org/article/5-big-ideas-universal-health/>; Jaciane Milanezi, “A Institucionalização da Saúde da População Negra no SUS,” *NEXO Políticas Públicas*, 14 de outubro de 2020. Disponível em: https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2020/A-institucionalizacao-da-saude-da-populacao-negra-no-sus?fbclid=IwAR0J6QpgBoCtnGPEuWJvTwEKF4VPboZLwu_k-7NiqRw9VyJ4Thar7OF_5P0.

⁷⁶ “Generic Drugs in Brazil Are a Hard Pill for Big Pharma to Swallow,” *Knowledge@Wharton*, 1 de março de 2006. Disponível em: <https://knowledge.wharton.upenn.edu/article/generic-drugs-in-brazil-are-a-hard-pill-for-big-pharma-to-swallow/>; Michael Day, “Threat to Break Patents Saves Brazil \$1bn in Cost of HIV Treatment,” *British Medical Journal* 335 no. 7629 (Novembro 2007): 1065; Amy S. Nunn et al, “AIDS Treatment in Brazil: Impacts and Challenges,” *Health Affairs* 28, no. 4 (August 2009): 1103-1113; J. Weston Phippen, “Brazil Declares an End to Its Zika Health Emergency,” *The Atlantic*, 12 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/news/archive/2017/05/brazil-ends-zika-emergency/526509/>.

⁷⁷ Katherine E. Bliss, “Health in Latin America and the Caribbean: Challenges and Opportunities for U.S. Engagement,” *CSIS Global Health Policy Center*, April 2009. Disponível em: https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/media/csis/pubs/090422_bliss_healthlatinamer_web.pdf.

⁷⁸ Igor de Lazari and Sergio Dias, “Challenges in Implementing Brazil’s Universal Health Care,” *The Regulatory Review*, 17 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.theregview.org/2019/12/17/delazari-dias-challenges-implementing-brazil-universal-health-care/>.

tem vivenciado o impacto crescente do aumento nos preços dos cuidados de saúde.⁷⁹ A situação piorou em 2016, após a aprovação da Emenda Constitucional 95, que congela os gastos federais em termos reais (descontando a inflação) até 2036.⁸⁰ Essa situação piorou o subfinanciamento, diminuiu a quantidade de serviços prestados e aumentou a desigualdade.

Enquanto o SUS tem sido bem-sucedido em lidar com a COVID-19, a pandemia também revelou a existência de uma brecha no sistema: a dificuldade de coordenar esforços de saúde entre o setor público e privado a nível nacional e subnacional.⁸¹ Enquanto profissionais de saúde, burocratas, pesquisadores, membros do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal e de associações civis e comunitárias estão constantemente procurando maneiras de conter e mitigar os efeitos trágicos da pandemia, o presidente exerce uma liderança caótica.⁸² Bolsonaro desmobilizou o programa de saúde Mais Médicos,^{83,84} ignorou ferramentas essenciais de prevenção e cuidado, negligenciou a política de testagem para o Corona vírus, atrasou o envio de fundos federais para unidades subnacionais, demitiu dois ministros da saúde em meio à campanha de combate à doença e enfraqueceu o Ministério da Saúde.⁸⁵ Como Trump, o presidente brasileiro também politizou a prescrição de drogas contrariando evidências científicas, ajudou a espalhar polêmicas em relação à vacina, e promoveu desinformação entre a população.⁸⁶ Os resultados são eloquentes: em janeiro de 2021, mais de 203.100 mortes haviam sido registradas no país, com mais de 8,1 milhões de casos confirmados e uma piora significativa de condições socioeconômicas de milhares de outros brasileiros.

O consistente subfinanciamento da ciência e pesquisa no Brasil, desde 2016, com a aprovação da Emenda Constitucional 95,⁸⁷ tem deixado o país para trás na corrida por uma vacina contra a COVID-19. Porém, a Fiocruz e o Butantan, institutos nacionais e estaduais de pesquisa, respectivamente, enfrentam o desafio e

⁷⁹ Ke Xu et al, “Public Spending on Health: A Closer Look at Global Trends” (document de trabalho, Organização Mundial da Saúde, 2018).

⁸⁰ Rudi Rocha, Isabela Furtado e Paula Spinola, “Financing Needs, Spending Projection and the Future of Health in Brazil” (document de trabalho, Instituto de Estudos para Políticas de Saúde, São Paulo, 2020).

⁸¹ Rede de Pesquisa Solidária, *Bulletin 20*, 14 de agosto de 2020. Disponível em: https://redepesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2020/08/boletimpps_20_14agosto_ingles.pdf.

⁸² “COVID-19 in Brazil: ‘So What?’” editorial, *The Lancet* 395, no. 10235 (Maio 2020): 1461.

⁸³ O Programa Mais Médicos (PMM) foi implantado no Brasil com o objetivo de reduzir as desigualdades no acesso à Atenção Primária à Saúde; Sabado Nicolau Girardi et al, “Impact of the Mais Médicos (More Doctors) Program in Reducing Physician Shortage in Brazilian Primary Healthcare,” *Ciencia & Saude Coletiva* 21, no. 9 (2016):2675-84,doi: 10.1590/1413-81232015219.16032016.

⁸⁴ O Programa Mais Médicos sofreu com as medidas de austeridade adotadas pela Emenda Constitucional 95, promulgada em 2016, sob a presidência Temer. O parlamento aprovou um “Novo Regime Tributário” e todas as despesas públicas foram congeladas por 20 anos; Yaniv Roznai and Leticia Regina Camargo Kreuz, “Conventionality Control and Amendment 95/2016: A Brazilian Case of Unconstitutional Constitutional Amendment,” *Revista de Investigações Constitucionais* 5 no. 2 (2018): 35-56. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rinc.v5i2.57577>.

⁸⁵ Gabriela Lotta et al, “Community Health Workers Reveal COVID-19 Disaster in Brazil,” *The Lancet* 396, no. 10248 (August 2020): 365-366; Solidarity Research Network, *Bulletin 13*, 26 de junho de 2020. Disponível em: <https://redepesquisasolidaria.org/en/bulletins/bulletin-13/differentiated-strategies-and-lack-of-testing-benchmarks-hinder-pandemic-response-undermine-social-distancing-decisions-and-further-increase-insecurity/>; Ernesto Londoño, Manuela Andreoni, and Leticia Casado, “Brazil, Once a Leader, Struggles to Contain Virus Amid Political Turmoil,” *The New York Times*, 16 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/05/16/world/americas/virus-brazil-deaths.html>.

⁸⁶ Ricardo della Coletta, “Brazil’s Medical Council Authorizes Hydroxychloroquine Use, After Meeting with Bolsonaro,” *Folha de São Paulo*, 24 de abril 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/internacional/en/scienceandhealth/2020/04/brazils-medical-council-authorizes-hydroxychloroquine-use-after-meeting-with-bolsonaro.shtml>; Daniel Carvalho, Gustavo Uribe e Natália Cancian, “Nobody Can Force Anyone to Get a Vaccine, Says Bolsonaro,” *Folha de São Paulo*, 2 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/internacional/en/scienceandhealth/2020/09/nobody-can-force-anyone-to-get-a-vaccine-says-bolsonaro.shtml>; Francis França, “Opinion: Bolsonaro Lets 100,000 Die of COVID-19 in Brazil,” *DW*, 11 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/en/opinion-bolsonaro-lets-100000-die-of-covid-19-in-brazil/a-54533605>.

⁸⁷ Yaniv Roznai e Leticia Regina Camargo Roznai, “Conventionality Control and Amendment 95/2016: A Brazilian Case of Unconstitutional Constitutional Amendment,” *Revista de Investigações Constitucionais* 5 no. 2 (2018): 35-56. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rinc.v5i2.57577>.

são líderes na criação de parcerias de transferência de tecnologia para testar e produzir uma vacina no país. À medida que a incidência da doença aumentou no país, outras universidades federais e hospitais aproveitaram a oportunidade de colaborar em diversos testes, contribuindo para a pesquisa internacional. Apesar desses esforços, o governo Bolsonaro questionou a eficácia da vacina e usou argumentos xenófobos para aumentar o medo e a rejeição à vacina. Apesar de ter um Programa Nacional de Vacinação bem-sucedido, o governo federal falhou em apresentar um plano de imunização que correspondesse à situação epidemiológica do Brasil e protegesse as populações mais vulneráveis.

A situação atual pede a cooperação entre os dois países. A administração Biden-Harris deve pressionar publicamente Bolsonaro a reverter sua posição em relação à vacina de COVID-19. Ademais, a nova administração tem a oportunidade de aprender com os êxitos do Sistema Único de Saúde brasileiro, que tem exemplos valiosos a oferecer para melhorar o modelo americano, em referência à diminuição de desigualdades, enquanto o sistema brasileiro se beneficiaria de colaboração técnica e científica com os Estados Unidos em relação à COVID-19. Dado que o SUS pode providenciar serviços de saúde para qualquer um no Brasil (incluindo não-cidadãos, imigrantes, turistas e outros),⁸⁸ o apoio internacional para o sistema também poderia fortalecê-lo.

8. COVID-19, POBREZA E BEM ESTAR

O maior desafio da política socioeconômica no Brasil é combater a pobreza e a desigualdade, acentuadas pela pandemia de COVID-19. Essa pandemia tem aprofundando os problemas sociais existentes e a fragilidade econômica do país, aumentando o desemprego, dismantando políticas de proteção social com o Bolsa Família, e prejudicando o sistema educacional. Há uma necessidade de refletir sobre uma substituição fiscalmente responsável para o Auxílio Emergencial de COVID-19 e sobre medidas para aumentar o bem-estar da população.

A pandemia de COVID-19 colocou em evidência a fragilidade do mercado de trabalho no Brasil e a vulnerabilidade das condições socioeconômicas de milhares de cidadãos brasileiros. No total, é estimado que 83,5% dos trabalhadores estejam sob ameaça de perder a renda e o emprego devido à pandemia.⁸⁹ No último trimestre de 2020, a taxa de desemprego era de 14,4%, alcançando seu pior nível na história. Porém, em grande medida, a frágil condição socioeconômica em que o Brasil se encontra durante a pandemia decorre de sua inabilidade de mitigar os efeitos da recessão econômica pós 2015.⁹⁰

A situação, nos últimos anos, tem sido caracterizada pelo dismantamento de importantes políticas de proteção social.⁹¹ O orçamento do Programa Bolsa Família, uma transferência condicional de renda direcionada a combater a pobreza e que foi a principal política responsável por tirar o Brasil do mapa da pobreza da ONU,⁹² tem sido sistematicamente reduzida desde 2015.⁹³ Precisamente por essa razão, houve

⁸⁸ James Macinko, Ph.D. e Matthew J. Harris, M.B., B.S., D.Phil., “Brazil's Family Health Strategy — Delivering Community-Based Primary Care in a Universal Health System,” *The New England Journal of Medicine*, 4 de junho de 2015. Disponível em: <https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJMp1501140#t=article>; “Estrangeiro elogia atendimento do SUS nas redes sociais,” *Secretaria do Estado de Saúde*, <https://www.saude.mg.gov.br/sus/story/7144-estrangeiro-elogia-atendimento-do-sus-em-postagem-nas-redes-sociais>.

⁸⁹ Rede Pesquisa Solidária, *Boletim 3*. Abril de 2020. Disponível em: <https://redepesquisasolidaria.org/en/bulletins/bulletin-3/black-men-and-black-women-are-the-most-vulnerable-in-the-crisis-however-a-new-vulnerable-group-emerges-white-men-and-white-women-in-non-essential-services/>.

⁹⁰ Rogério J. Barbosa, Pedro H. G. Ferreira de Souza, e Sergei S. D. Soares, “Desigualdade de Renda no Brasil de 2012 a 2019,” *Dados: Revista de Ciências Sociais*, julho de 2020. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/desigualdade-brasil/>.

⁹¹ Thiago Resende e Danielle Brant, “Bolsonaro Cuts Government Spending in Social, Culture and Labor Areas,” *Folha de São Paulo*, 26 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/internacional/en/brazil/2019/12/bolsonaro-cuts-government-spending-in-social-culture-and-labor-areas.shtml>.

⁹² The UN World Food Programme is considering re-listing Brazil on its World Hunger Map after a multi-year absence as increasing numbers of Brazilians face unemployment and hunger. Jose Graziano da Silva (Coord.), “From Fome Zero to Zero Hunger: A Global Perspective.” Rome, FAO.

⁹³ “Bolsa Família, Brazil’s Admired Anti-Poverty Programme, Is Flailing,” *The Economist*, 30 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2020/01/30/bolsa-familia-brazils-admired-anti-poverty-programme-is-flailing>.

uma queda acentuada nos valores dos benefícios. O papel do governo em registrar as famílias mais pobres e inscrevê-las como beneficiárias também diminuiu.

No começo da pandemia, houve uma “fila” inexplicável de 1,7 milhões de famílias esperando para receber o Bolsa Família por tempo indeterminado, mesmo que seus perfis cumprissem com todos os critérios de elegibilidade.⁹⁴ Esse enfraquecimento de políticas de combate à pobreza ocorreu exatamente quando o país estava passando por sua maior crise econômica desde a redemocratização, em 1985. Por exemplo, a quantidade de pessoas sem moradia no Brasil cresceu 140% desde 2012 e, a partir de março de 2020, chegou a 222 mil pessoas.⁹⁵ A curto prazo, é esperado que esse número aumente ainda mais devido aos despejos que estão acontecendo durante a pandemia. A má gestão da pandemia também tem efeitos de longo prazo na atual crise socioeconômica: a grande maioria das famílias de baixa renda no Brasil matriculam seus filhos em escolas públicas, e dada a crise em andamento, muitas escolas não têm recursos suficientes para assegurar um ambiente estável de aprendizado. Além da inabilidade em prover continuidade ao aprendizado, houve um aumento na evasão escolar de alunos do ensino médio que, combinado, pode afetar a juventude de baixa renda que luta para se libertar daquilo que muitas vezes pode ser um ciclo vicioso geracional de pobreza⁹⁶

O Auxílio Emergencial, um programa realizado em regime de urgência para mitigar os efeitos da pandemia da COVID-19 na renda e no bem-estar das famílias mais vulneráveis obteve, indiscutivelmente, resultados positivos. Um terço da população brasileira, atualmente mais de 210 milhões de pessoas, se inscreveram para receber o benefício.⁹⁷ O programa atingiu, com sucesso, cerca de 70 milhões de beneficiários até outubro de 2020. Sem o programa, a pobreza teria atingido mais 25 milhões de brasileiros.⁹⁸ Porém, é improvável que a duração do programa se estenda até 2021, e seu alcance foi cortado pela metade em outubro, totalizando o equivalente a \$54 dólares americanos mensais por beneficiário até dezembro de 2020. O desafio que surge é conceber um novo programa, política e fiscalmente viável, que poderia substituí-lo.⁹⁹

Alguns políticos e especialistas argumentam em favor de uma fase de transição e adaptação para políticas de assistência social no Brasil.¹⁰⁰ Um programa temporário de transferência de dinheiro, derivado do Auxílio Emergencial e herdando algumas de suas propriedades, poderia gradualmente permitir uma transição para um modelo permanente melhorado de um benefício não contributivo de proteção social. **Há uma oportunidade única para criar um programa mais amplo que o Bolsa Família, que poderia não somente aliviar a extrema pobreza mas também reduzir a volatilidade de renda que afeta mais de dois terços da população.**¹⁰¹ O desafio principal da política social é combater a pobreza de curto e médio

⁹⁴ Marina Rossi, “Governo Bolsonaro Não Explica Tamanho Real da Fila do Bolsa Família,” *El País*, 31 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-31/governo-bolsonaro-nao-explica-tamanho-real-da-fila-do-bolsa-familia.html>.

⁹⁵ “População em Situação de Rua Cresce e Fica Mais Exposta à Covid-19,” *IPEA*, 12 de junho de 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35811#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20pela%20pandemia%20da%20Covid%2D19.

⁹⁶ Camila Boehm, “Risco de Evasão em Escolas Públicas Chega a 31%, Diz Pesquisa,” *Agência Brasil*, 21 de julho 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-07/risco-de-evasao-escolar-em-escolas-publicas-chega-31-diz-pesquisa>.

⁹⁷ Ugo Gentilini et al, “Social Protection and Jobs Responses to COVID-19: A Real-Time Review of Country Measures,” (Banco Mundial, Washington, DC, 2020).

⁹⁸ Ian Prates et al, “Dramatic unemployment remains hidden in official indicators. Without the emergency income of R\$ 600.00, poverty would reach 30% of the population” Solidarity Research Network, *Bulletin 14*. July 6, 2020. Disponível em: <https://redepesquisasolidaria.org/en/bulletins/bulletin-14/dramatic-unemployment-remains-hidden-in-official-indicators-without-the-emergency-income-of-r-600-00-poverty-would-reach-30-of-the-population/>

⁹⁹ “Covid Brazil: Millions to Return to Poverty If Handouts Stop,” *BBC News*, 9 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-54476934>.

¹⁰⁰ Leticia Bartholo et al, “Auxílio Emergencial, Transição e Futuro,” *Valor Econômico*, 24 de junho de 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/auxilio-emergencial-transicao-e-futuro.ghtml>.

¹⁰¹ Ian Prates and Rogério J. Barbosa, “The Impact of COVID-19 in Brazil: Labour Market and Social Protection Responses,” *The Indian Journal of Labour Economics* 63 (Setembro 2020): 31-35.

prazo. Nesse sentido, ter os Estados Unidos trabalhando com o Brasil para estabelecer um diálogo, buscando uma agenda de fortalecimento de sua comunicação de saúde pública para prevenir a propagação da COVID-19, incluindo um programa educacional para esse e outros vírus, especialmente em comunidades carentes, pode levar os dois países a estarem mais bem preparados para quaisquer outros desafios de saúde que podem ocorrer no futuro.

9. LIBERDADE RELIGIOSA

A administração Biden deve se distanciar dos setores religiosos ultraconservadores, que negam a ciência e se opõem aos direitos democráticos. Ao demonstrar um compromisso com a tolerância, a ciência e a liberdade religiosa, a nova administração pode ajudar a reverter tendências prejudiciais iniciadas pela administração Trump e seguidas por Bolsonaro.

Três dias antes da eleição de Bolsonaro, uma importante pesquisa de opinião revelou que ele contava com o apoio de 69 por cento de eleitores evangélicos cristãos.¹⁰² Os evangélicos, uma categoria religiosa ampla e com crescente influência na vida brasileira, têm sido uma das bases de apoio mais firmes de Bolsonaro desde que este assumiu a presidência. O apoio esmagador a Bolsonaro dentro da comunidade evangélica, especialmente entre neopentecostais, não é surpreendente. Desde a restituição da democracia, evangélicos têm, em geral, sido a força política conservadora, gradualmente abraçando mais posições de extrema direita. Ainda que houvessem se somado a pedidos por mais pluralidade religiosa e maior separação do Estado e da Igreja na Assembleia Constituinte logo após o fim do período militar, mais recentemente, a retórica dos principais pastores tem enfatizado papéis de gênero “tradicionalistas” em oposição ao feminismo e grupos e movimentos LGBTQI+, e têm atacado religiões afro-brasileiras.¹⁰³

O grau de influência evangélica na atual administração é sem precedentes na democracia brasileira. Possivelmente, a mais notável seja a nomeação, feita por Bolsonaro, da pastora evangélica Damare Alves para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, onde ela buscou implementar políticas que promovem abstinência sexual entre adolescentes, remover qualquer discussão de gênero nas escolas, facilitar a conversão religiosa de povos indígenas, bem como dificultar ainda mais o acesso de mulheres ao aborto (atualmente legal somente em casos de estupro e para salvar a vida da mãe). O caso amplamente divulgado de uma menina de onze anos que foi estuprada por seu tio e, portanto, teve concedida a autorização legal para fazer um aborto, chocou a nação em 2020. De acordo com relatórios da imprensa, Alves estava diretamente envolvida em demonstrações por grupos religiosos contra a menina e a equipe médica. Bolsonaro endossou todas as posições de Alves e tentou nomear um juiz “extremamente evangélico” ao Supremo Tribunal Federal, mas ele só terá essa chance em julho de 2021, quando o próximo juiz atingir a idade de aposentadoria mandatória.

Além de apoio simbólico aos setores religiosos conservadores no Brasil, a administração Trump encorajou e fomentou relações entre figuras religiosas radicais nos dois países. Em 2019, por exemplo, lideranças estadunidenses afiliadas à denominação religiosa *Capitol Ministries* visitaram um grupo de parlamentares evangélicos brasileiros para discutir agendas e estratégias conjuntas.¹⁰⁴ Bolsonaro também aproximou-se de outros países e líderes mundiais com base em razões religiosas, nomeadamente Israel, considerado uma referência teológica por neopentecostais brasileiros. Segundo essa abordagem,

¹⁰² DATAFOLHA. Eleições 2018. São Paulo, out de 2018. PDF disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/10/28/b469d4556e176c907bad8986ccc459cd.pdf>> Accessed on: 08 Oct 2020.

¹⁰³ Ver Eduardo Dullo, “Política Secular e Intolerância Religiosa na Disputa Eleitoral,” in: *Religiões e Controvérsias Públicas: Experiências, Práticas Sociais e Discursos* (São Paulo/Campinas: Terceiro Nome/Unicamp, 2015); ver Sidnei Nogueira, *Intolerância Religiosa*, (São Paulo: Pólen, 2020).

¹⁰⁴ Ver Dullo, “Política Secular”, e Nogueira, *Intolerância Religiosa*.

Bolsonaro sinalizou, em 2019, que o Brasil iria reconhecer Jerusalém como a capital de Israel, mas acabou voltando atrás após a repercussão de importantes parceiros comerciais.

10. TRABALHO

Por meio de uma diplomacia trabalhista mais robusta, conduzida pelos Departamentos de Estado e de Trabalho dos EUA, bem como por sindicatos e organizações de empregadores, a administração Biden-Harris deve incitar o governo Bolsonaro-Mourão a tomar ações para por fim ao desmonte de direitos sindicais, financiamento de sindicatos, barganha coletiva e inspeções trabalhistas. A administração estadunidense deve incentivar a administração Bolsonaro-Mourão a restaurar o Ministério do Trabalho e por fim à retórica em favor da abolição do sistema de justiça trabalhista. O Memorando de Entendimento sobre Cooperação Trabalhista entre o Brasil e os Estados Unidos, assim como o Acordo de Segurança Social entre os dois países, deve servir como importante ferramenta para avançar essa diplomacia trabalhista. O cumprimento de proteções trabalhistas e sindicais deve ser parte de qualquer acordo de comércio e investimento entre as duas nações.

Durante sucessivas administrações do Partido do Trabalhadores (2003-16), o Brasil fez avanços sem precedentes na expansão do setor de emprego formal, fortalecendo direitos sindicais, reduzindo a desigualdade, tirando 30 milhões de brasileiros da pobreza e reduzindo o trabalho forçado e infantil. No entanto, desde o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, a legislação trabalhista tem sido ameaçada, abrindo caminho para a desconstrução da organização trabalhista sustentável e barganha coletiva.

Em menos de quatro meses de 2017, a administração Temer (2016-18) e o Congresso brasileiro passaram a reforma mais antitrabalhadores e antisindicatos da história do Brasil moderno, ultrapassando, em alguns quesitos, até mesmo a repressão antitrabalhadores da ditadura militar (1964-85). A nova lei invalidou a contribuição obrigatória a sindicatos. Além disso, o judiciário invalidou a prática de contribuições de assistência negociadas coletivamente, semelhante às cláusulas de segurança sindical dos Estados Unidos. O efeito combinado dessas medidas legislativas e judiciais desde 2017 tem sido a redução em quase 90 por cento dos orçamentos de sindicatos brasileiros. O Brasil se tornou, agora, em termos estadunidenses, um regime total de “direito a trabalhar” ou “direito a trabalhar por menos”.¹⁰⁵

A reforma de 2017 enfraquece os padrões trabalhistas mínimos e perverte a negociação coletiva ao dar prioridade legal e precedência para contratos individuais com trabalhadores em faixas salariais mais altas e acordos coletivos com empregadores individuais *sobre* os acordos coletivos setoriais que envolvem múltiplos empregadores da mesma categoria profissional e atividade econômica – até mesmo se tais contratos forem *inferiores* aos acordos gerais do setor em termos de renda mínima e condições de trabalho. A reforma também permite barganhar abaixo dos padrões mínimos previamente legislados em muitas instâncias, estipulando que o “negociado prevalece sobre o legislado”. Ademais, a reforma de 2017 isenta demissões em massa de obrigações de negociação coletiva e permite a expansão do trabalho intermitente (contratos de zero horas). Também estabelece que trabalhadores autônomos nunca deverão ser considerados diretamente empregados, e, portanto, não podem receber as proteções legais formais de empregados regulares, até quando seus contratos são exclusivamente com um empregador. E mulheres grávidas agora podem ser sujeitadas a condições de trabalho potencialmente não saudáveis e perigosas, caso uma autorização for concedida pelo médico da empresa. Finalmente, de acordo com uma legislação em separado aprovada em 2017, todas as funções de um empreendimento podem ser terceirizadas, eviscerando potencialmente as estruturas estabelecidas de barganha coletiva.¹⁰⁶

¹⁰⁵ Ana Virginia Moreira Gomes e Stanley Arthur Gacek, “Trade Union Financing Law in Brazil and the United States – A Dangerous Convergence”, *On Labor*, 5 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.onlabor.org/trade-union-financing-law-in-brazil-and-the-united-states-a-dangerous-convergence/>.

¹⁰⁶ João Renda Leal Fernandes, “The 2017 Brazilian Labor Reform: A Brief Overview” (palestra, Seminário Sociedade e Contencioso Brasil-Japão: Tribunais e Resolução de Disputas, Universidade Shinshu, Matsumoto, Nagano, Japão, Janeiro 2018);

As coisas pioraram para os trabalhadores brasileiros sob Jair Bolsonaro. Logo que assumiu a presidência, Bolsonaro eliminou o Ministério do Trabalho, com o processo de registro de sindicatos sendo transferido para o Ministério da Justiça e para a Polícia Federal, fazendo com que a função fosse sujeita à justiça criminal invés da revisão trabalhista padrão. O registro sindical e o reconhecimento legal de eleições internas de sindicatos foram suspensos de janeiro até abril de 2019. Todas as funções de intermediação do mercado de trabalho e de inspeção trabalhista do antigo Ministério do Trabalho foram atribuídas ao Ministério da Economia, liderado por Paulo Guedes, radical apoiador do *laissez-faire*.

Bolsonaro questionou publicamente a necessidade de continuidade do sistema judiciário trabalhista brasileiro, que, se eliminado, iria causar danos às relações trabalhistas estáveis tanto para trabalhadores quanto para empregadores. Ele também diz que contratos de trabalho individuais devem ter prioridade sobre todos os outros acordos coletivos, uma sentença de morte à barganha coletiva. Em um esforço adicional para levar os sindicatos à hemorragia financeira, Bolsonaro promulgou uma ordem executiva, em março de 2019, proibindo empregadores de deduzir taxas sindicais voluntárias, individuais e autorizadas, do salário de trabalhadores. Apesar da medida ter expirado em junho de 2020, sem apoio do congresso para sua continuidade, Bolsonaro ameaçou passar uma emenda constitucional para dar uma nova vida permanente à medida. Essa ação impactou financeiramente sindicatos trabalhistas por um período de 90 dias.

Extremamente preocupantes são as dificuldades do país em erradicar o trabalho forçado e garantir que crianças estejam na escola e não no mercado de trabalho, dificuldades relacionadas à reduzida capacidade de inspeção laboral. Essa situação é exacerbada pelos atuais cortes no programa de transferência de renda para famílias pobres, o Bolsa Família (que tinha como condição a permanência das crianças na escola), sem mencionar que Bolsonaro elogiou os efeitos salutares do trabalho infantil em 2019.¹⁰⁷

Pela primeira vez na história do Brasil moderno, Bolsonaro reduziu o salário mínimo mensal de 1.006 reais (cerca de US\$180) para 998 reais (cerca de US\$177). Enfrentando uma desaprovação popular esmagadora em 2020, em última análise, Bolsonaro reverteu a ordem executiva que permitia que empregadores suspendessem pagamentos de salários durante a pandemia de COVID-19.¹⁰⁸

O esquema de Bolsonaro para destruir os sindicatos, acabar com as negociações coletivas e enfraquecer o trabalho digno não está gerando mais empregos, apesar de sua retórica durante a campanha presidencial, de que “você poder ou ter direitos, ou ter empregos, mas não os dois”. A partir de abril de 2020, a taxa de desemprego oficial avançou para 12,6%, com uma perda adicional de 4,9 milhões trabalhadores que saíram do mercado de trabalho,¹⁰⁹ e o desemprego só aumentou desde então. A pandemia global fez com que as condições de trabalho ficassem mais perigosas para a grande maioria de trabalhadores brasileiros.

Afonso de Paula Pinheiro Rocha and Ana Virginia Moreira Gomes, “The Fallout from the 2017 Labour Reform in Brazil for the Trade Union Movement,” *International Union Rights (ICTUR)*, no. 4, 2017: 9-10.

¹⁰⁷ “Bolsonaro, Who Worked from Age 8, Defends Child Labor in Brazil,” *France 24*, 6 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.france24.com/en/20190706-bolsonaro-who-worked-age-8-defends-child-labor>.

¹⁰⁸ Maria Carolina Marcello and Ricardo Brito, “Brazil’s Bolsonaro Walks Back Decree to Suspend Worker Pay amid Coronavirus,” *Reuters*, 23 de março de 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-brazil/brazils-bolsonaro-walks-back-decree-to-suspend-worker-pay-amid-coronavirus-idUSKBN21A270>.

¹⁰⁹ Jamie McGeever, “Brazil Unemployment Rises to 12.6%, Record 4.9 Million People Leave Workforce,” *Reuters*, 28 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-brazil-economy-unemployment-rises-to-12-6-record-4-9-million-people-leave-workforce-idUSKBN234220>.

Colaboradores:

Andre Pagliarini, Dartmouth College; Andrew Miller, Amazon Watch; Arthur Schott Lopes, University of Chicago; Bianca Schwam Auriemo, Brown University; Bryan McCann, Georgetown University; Daniel Brindis, Greenpeace USA; Fábio de Sá e Silva, University of Oklahoma; Gladys Mitchell-Walthour, University of Wisconsin-Milwaukee; Gregory Morton, Bard College; Hellen Guicheney, University of São Paulo; Erika Robb Larkins, San Diego State University; Ian Prates, University of São Paulo; James N. Green, Brown University; Juliana de Moraes Pinheiro, Washington Brazil Office; Luísa da Matta Machado Fernandes, Instituto René Rachou-Fiocruz; Marina Adams, Brown University; Paulo Abrão, ex-secretário executivo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos; Sean T. Mitchell, Rutgers University, Newark; Stanley A. Gacek, Esq., Member of the District of Columbia Bar Association; Vinicius S. M. do Valle, University of São Paulo.

Co-coordenadores nacionais da Rede nos Estados Unidos pela Democracia no Brasil

Gladys Mitchell-Walthour, University of Wisconsin-Milwaukee; James N. Green, Brown University

Comitê Executivo da Rede nos Estados Unidos pela Democracia no Brasil

Erika Robb Larkins, San Diego State University; Fabio de Sá e Silva, University of Oklahoma; Gladys Mitchell-Walthour, University of Wisconsin-Milwaukee; James N. Green, Brown University; Juliana de Moraes Pinheiro, Washington Brazil Office; Marina Adams, Brown University; Natalia de Campos, Defend Democracy in Brazil Committee - New York; Tracy Devine Guzmán, University of Miami.

Comitê de Direção Nacional da Rede nos Estados Unidos pela Democracia no Brasil

Marina Adams, Brown University; Roni Wine, Brown University; Alex Main, Center for Economic and Policy Research (CEPR); Alvaro de Castro e Lima, Boston Planning and Development Agency; Alvaro Jarrin, College of the Holy Cross; Amy Chazkel, Columbia University; Gregory Morton, Bard College; Heloisa Maria Galvão, Massachusetts, Brazilian Women's Group; Juliana de Moraes Pinheiro, Washington Brazil Office; Kendall Thomas, Columbia University; Krista Brune, Pennsylvania State University; Leonel Lima Ponce, Pratt Institute; Luiz Amaral, University of Massachusetts; Lydia Simas, Grassroots International; Natalia de Campos, Defend Democracy in Brazil Committee-New York; Patricia Pinho, University of California, Santa Cruz; Rafael R. Ioris, Ph.D., University of Denver; Raimundo C. Barreto, Princeton Theological Seminary; Sidney Chalhoub, Harvard University; Stanley A. Gacek, Esq., Member of the District of Columbia Bar Association; Thayse Lima, University of Maryland.

Washington Brazil Office (WBO)

Juliana de Moraes Pinheiro, Diretora Executiva; Bianca Schwam Auriemo and Iman Musa Jadallah, Assistentes de Projeto, Brown University.

Conselho Consultivo (WBO)

Alex Main, Center for Economic and Policy Research (CEPR); Aline Piva, Editora Expressão Popular; Andrew Miller, Amazon Watch; Brian McCann, Georgetown University; Erik Sperling, Just Foreign Policy; Gladys Mitchell-Walthour, University of Wisconsin-Milwaukee; Isabela Carvalho, Ashoka; James N. Green, Brown University; Marina Adams, Brown University; Sidney Chalhoub, Harvard University; Stanley A. Gacek, Esq., Member of the District of Columbia Bar Association.

Signatários:

Adrienne Pine, Associate Professor of Anthropology, American University

Alvaro Jarrin, Associate Professor of Anthropology, College of the Holy Cross

Alvaro de Castro e Lima, Director of Research, Boston Planning and Development Agency

Amazon Watch

Amy Nunn, Professor of Behavioral and Social Sciences at the Brown University

Ana Paula Vargas, Brazil Program Manager, **Amazon Watch**

Barbara Weinstein, Professor of Brazilian History, New York University

Ben Cowan, Associate Professor, University of California San Diego

Benjamin Junge, Associate Professor of Anthropology, State University of New York at New Paltz

Benjamin Legg, Senior Lecturer of Portuguese, Vanderbilt University

Bill Bollinger, Latin American Studies, California State University, Los Angeles

Brian Finnegan, Global Workers Rights Coordinator, **American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO)**

Bruno Carvalho, Professor of Romance Languages and Literatures and African and African American Studies, Harvard University

Brodwyn Fischer, Professor of Brazilian History, University of Chicago

Bryan Pitts, Assistant Director, Latin American Institute, University of California, Los Angeles

Cassandra White, Associate Professor of Anthropology, Georgia State University

Cathy Lisa Schneider, Professor, School of International Service, American University

Cecília Rodrigues, Assistant Professor of Portuguese, University of Georgia

Center for Economic and Policy Research (CEPR)

Chris Alley, Department of Anthropology, Hunter College, City University of New York/CUNY, Consultant to the Secretariat, ESSENCE on Health Research, Special Programme for Research and Training in Tropical Diseases (TDR), World Health Organization (WHO)

Christian Poirier, Program Director, **Amazon Watch**

Cristina Mehrrens, Professor of Brazilian History and Gender and Women's Studies, University of Massachusetts, Dartmouth

Christine Halvorson, Program Director, **Rainforest Foundation US**

Dale Graden, Professor of Brazilian History, University of Idaho

Dário Borim, Jr., Full Professor and Chair, UMass Dartmouth, Department of Portuguese

Darlene J. Sadlier, Professor Emerita, Spanish and Portuguese, Indiana University, Bloomington

Deborah Cohen, Associate Professor of History, University of Missouri-St. Louis

Defend Democracy in Brazil, Committee New York City

Edward Telles, Distinguished Professor of Sociology, University of California, Irvine

Eileen J. Findlay, Professor of History, American University

Elizabeth Kuznesof, Professor of Brazilian History, University of Kansas

Elizabeth Leeds, Honorary President, Brazilian Forum on Public Security

Eyal Weinberg, Assistant Professor of Brazilian History, Florida Atlantic University

Fernanda Rosa, Postdoctoral Fellow at University of Pennsylvania

Friends of the Earth US

Signatários (cont.)

George Yudice, Professor of Modern Languages and Literature, University of Miami

Geri Augusto, Director of Development Studies, Brown University

Ginapaolo Baiocchi, Director, Urban Democracy Lab, New York University

Gimena Sanchez, Director for the Andes, **Washington Office on Latin America (WOLA)**
Greenpeace USA

Heloisa Maria Galvão, Executive Director, Brazilian Women's Group

James Woodard, Professor of Brazilian History, Montclair State University

Jan Hoffman French, Associate Professor of Anthropology, University of Richmond, Past-
President of Brazilian Studies Association (BRASA)

Janet M. Chernela, Professor, Department of Anthropology, University of Maryland

Jasmine Mitchell, Associate Professor of American Studies and Media Studies, State University
of New York-Old Westbury

Jeff Conant, Senior International Forests Program Manager, **Friends of the Earth US**

Jeff Rubin, Associate Professor of History & Latin American Studies, Boston University

Jeremy M. Campbell, Professor of Anthropology, Roger Williams University

Jessica Carey-Webb, Latin America Campaign Advocate, **Natural Resources Defense Council**
(NRDC)

Jessica Graham, Associate Professor of History, University of California, San Diego

Joseph Jay Sosa, Assistant Professor, Gender, Sexuality, and Women's Studies, Bowdoin College

Joel Wolfe, Professor of Brazilian History, University of Massachusetts, Amherst

Kathryn Sanchez, Professor, Department of Spanish and Portuguese, University of Wisconsin,
Madison

Kendall Thomas, Nash Professor of Law, Columbia University

Kretã Kaingang, Executive Coordinator of the **Articulation of the Indigenous Peoples of Brazil**
(APIB) and Coordinator of the Articulation of the Indigenous Peoples of the Brazilian
Southern Region (ARPINSUL)

Laura R. Graham, Professor, University of Iowa, President Elect, Society for the Anthropology of
Lowland South America

Leandro Benmergui, Assistant Professor, Purchase College, SUNY

Leila Lehen, Associate Professor of Portuguese and Brazilian Studies, Brown University

Lessie Jo Frazier, Professor of Gender Studies and American Studies, Indiana University

Luciano Tosta, Associate Professor, Acting Director, Center for Global & International Studies,
University of Kansas

Leonel Lima Ponce, Academic Coordinator, Sustainable Environmental Systems, Pratt Institute

Liz Leeds, Senior Fellow, **Washington Office on Latin America (WOLA)**

Luiz Amaral, Associate Professor, University of Massachusetts

Marcelo Paixão, Associate Professor, UT Austin, President, **Brazilian Studies Association**
(BRASA)

Margaret Power, Professor of History, Illinois Institute of Technology

Marguerite Itamar Harrison, Associate Professor, Smith College

Marjorie W. Bray, Former Director, Latin American Studies, California State University, Los
Angeles

Signatários (cont.)

Mary C. Karasch, Professor Emerita, Oakland University

Mark Healey, Associate Professor & Head, Department of History, University of Connecticut

Marguerite Itamar Harrison, Associate Professor, Department of Spanish and Portuguese, Smith College

Marta Peixoto, Professor of Brazilian Literature, New York University

Mary Ann Mahony, Professor of Brazilian History, Central Connecticut State University

Mary Karasch, Professor Emerita, History of Brazil, Oakland University

Matías Vernengo, Professor of Economics, Bucknell University

Mauricio Acuña - Ph.D. Candidate, Princeton University

Maxine L. Margolis, Professor Emerita of Anthropology, University of Florida

Melissa E. Gormley, Professor of History, University of Wisconsin-Platteville

Melissa Teixeira, Assistant Professor of Brazilian History, University of Pennsylvania

Michael Amoruso, Assistant Professor of Religious Studies, Occidental College

Michael Hanchard, Professor, Africana Studies, University of Pennsylvania

Misha Klein, Associate Professor of Anthropology, University of Oklahoma

Natascha Otoyá, PhD Candidate, Department of History, Georgetown University

Nathaniel Wolfson, Assistant Professor, Department of Spanish and Portuguese, University of California, Berkeley

Patricia de Santana Pinho, Associate Professor, Latin American and Latino Studies, University of California, Santa Cruz

Paula Halperin, Associate Professor of History and Cinema Studies, Purchase College, SUNY

Pedro Meira Monteiro, Chair, Spanish and Portuguese, Princeton University

Peter M Beattie, Professor of Brazilian History, Michigan State University

Peter Evans, Professor Emeritus of Sociology, University of California, Berkeley

Peter Klein, Assistant Professor of Sociology and Environmental and Urban Studies, Bard College

Priscila Izar, Postdoctoral Fellow, Institute of Human Settlements Studies, Ardhi University, Dares Salaam, Tanzania

Rachel E. Harding, Professor, Department of Ethnic Studies, University of Colorado Denver

Raimundo C. Barreto, Associate Professor of World Christianity, Princeton Theological Seminary

Rainforest Action Network (RAN)

Rebecca Herman, Assistant Professor of History, University of California, Berkeley

Renata Moretti, Postdoctoral Researcher, Department of Organismic and Evolutionary Biology, Harvard University

Ricardo Vasconcelos, Associate Professor of Portuguese and Brazilian Literature and Culture, San Diego State University

Robert Wilcox, Professor of History, Northern Kentucky University

Ronald H. Chilcote, Emeritus Professor of Economics and Political Science, University of California, Riverside

Rubia R. Valente, Assistant Professor, Public and International Affairs, Baruch College (CUNY)

Sandra McGee Deutsch, Professor of History, University of Texas at El Paso

Sarah J. Townsend, Associate Professor of Spanish and Portuguese, Penn State University

Signatários (cont.)

Sarah R. Valente, Ackerman Center for Holocaust Studies, The University of Texas at Dallas

Sarah Sarzynski, Associate Professor of Brazilian History, Claremont McKenna College

Seth Garfield, Professor of Brazilian History, University of Texas, Austin

Sharrelle Barber, Assistant Professor, Drexel University Dornsife School of Public Health

Sidney M. Greenfield, Professor of Anthropology Emeritus, University of Wisconsin-Milwaukee

Sophia Beal, Association Professor of Portuguese, University of Minnesota

Stephanie Savell, Senior Research Associate, Brown University

Steven F. Butterman, Associate Professor, Portuguese, University of Miami

Stuart Schwartz, Professor of Brazilian History, Yale University

Susanna Hecht, Professor of Urban Planning, University of California Los Angeles

Teresa Meade, Professor of Brazilian History, Union College

Tiago Amaral Ciarallo, Environmentalist, Master in Public Policy, Columbia University

Timothy F. Harding, Professor, History, Emeritus, California State University, Los Angeles

Victoria Langland, Director Center for Latin American and Caribbean Studies and the Brazil

Initiative, Associate Professor of History, Associate Professor of Portuguese, University of Michigan

Virginia Garrard, Professor of Latin American History, University of Texas, Austin

William Smith, Professor Emeritus of Political Science, University of Miami

Yuko Miki, Associate Professor of History, Fordham University

Zephyr Frank, Professor of Brazilian History, Stanford University



Rede nos Estados
Unidos pela
Democracia no Brasil